

MAX WEBER

**ESTUDOS POLÍTICOS**  
**Rússia 1905 e 1917**

tradução e apresentação  
MAURÍCIO TRAGTENBERG

*azougue editorial*  
2005

certamente ficará gravado profundamente na lembrança das camadas mais amplas da população, apesar da aparente sofisticação da sua técnica de governo.

Entretanto, o sistema atual, levando em consideração os interesses de sua própria segurança, em princípio não poderá modificar seu método administrativo. De acordo com suas tradições políticas, terá de permitir que continuem atuando também aquelas forças políticas através das quais ele destrói a si próprio e impulsiona constantemente os proprietários, seus aliados no campo econômico, para o lado de seus adversários: a burocratização administrativa e a demagogia policial. Mas as ilusões e a aura que o envolviam e que disfarçavam esse andamento das coisas estão completamente destruídos. Depois de tudo o que se passou entre o czar e seus vassallos, o sistema atual terá muita dificuldade para preservar seu prestígio e recomendar pela base o velho jogo com o velho método.

## A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional (*agosto de 1906*)

Para compreender as atitudes do governo russo é absolutamente necessário levar em consideração o fato de que a Rússia é um país fortemente endividado no exterior. Os reacionários afirmam que "os judeus" extorquiram a Constituição russa, a obtiveram por astúcia, ou pelo menos que participaram da sua elaboração. Esta afirmação é bastante correta, mas obviamente não se trata dos moradores dos guetos da Rússia, que sofrem perseguições terríveis, e sim dos de sua estirpe, muitos dos quais pertencem à nobreza, encontram-se instalados nas altas finanças de Berlim e Paris e têm em suas mãos o controle das cotações dos títulos da dívida pública emitidos pela Rússia. Isto podia ser notado mesmo naquele período em que a reação se mostrava mais violenta, após a vitória de Moscou e à subsequente repressão dos levantes das províncias do mar Báltico e das regiões administrativas do interior.

O manifesto de 17 de outubro de 1905 deveria promover a pacificação, mas as cotações tornaram a cair. No entanto, a tragicomédia sangrenta que se deu em Moscou teve, ao contrário, o efeito de gerar tendências de alta. Era, assim, evidente que os possuidores de papéis russos desejavam que se “restabelecesse a ordem”, e o conde Witte passou a usar de expressões ambíguas, que insinuavam a possibilidade de que o czar “voltasse atrás” com a palavra dada.

Todavia, esse balão de ensaio não encontrou boa acolhida. Do início até meados de janeiro o jornal *Nóvia* *Wremia* fazia com que lhe fossem remetidos telegramas diários de Londres, nos quais se dizia que os círculos bancários só manteriam o crédito concedido à Rússia caso fosse posta em vigor a forma “constitucional” de governo. Certamente essa afirmação se aproximava muito da realidade. Conseqüentemente, era necessário ter muito cuidado com o exterior, e mesmo os reacionários começaram a dar-se conta disso.

No dia 23 de dezembro, aconteceu pela segunda vez de o czar conceder audiência a uma comissão formada por “russos legítimos”. Os discursos apaixonados que foram feitos contra a ruptura entre o czar e o povo, a destruição das tradições seculares e a devastação provocada pelas violências desenfreadas acabaram por esquentar o sangue agitado do czar. Usando de expressões um tanto bombásticas, dizia que “em breve, muito em breve, a luz da verdade voltaria a brilhar sobre a terra russa”, etc. Enthusiasmados e embevecidos, os membros da comissão publica-

ram esse discurso nos jornais, em janeiro, para consolo dos corações de todos os russos autênticos. Mas logo apareceu uma nota oficial, anunciando que a comissão havia sido indiciada por ter elaborado uma declaração da corte sem a necessária autorização.

Witte havia feito lembrar que, face à precariedade da situação dos cofres públicos, esse romantismo estava muito deslocado. Essa admoestação, evidentemente, bastou para arrasar novamente o ideal do “Sacro Império Russo”, que estava erguendo a cabeça cedo demais, e mantê-lo sujeito ao poder tanto mais despótico quanto mais pessoal do mercado financeiro.

Isso se evidencia por diversos fatos. Oficialmente, negava-se que alguns funcionários da polícia tivessem participado dos tumultos ocorridos no final do outono e durante o inverno, nos quais os visados eram os judeus. Mas, pouco antes da Páscoa, quando um novo e grande empréstimo estava prestes a ser homologado, sentiram-se forçados a promulgar um decreto draconiano, fazendo com que os funcionários das províncias respondessem pessoalmente pela eventual eclosão de tumultos desse tipo. A conseqüência foi que essas desordens desapareceram por completo. Entretanto, um escritor como Gorki, por mais que estivesse “envolvido”, podia alegrar-se de ter um destino totalmente diverso do de outros, porque, sendo conhecido no exterior, se fosse tratado com excessivo rigor, isso poderia desagradar seus admiradores estrangeiros. Desta

forma, em vista da situação financeira, o governo se via forçado a operar com “duas medidas” em questões de política interna. É óbvio que, pessoalmente, o czar nunca agiu com sinceridade no sentido de transformar a Rússia em um “Estado de direito”, com “verdadeira garantia” dos direitos individuais — como dizia ingenuamente o manifesto de outubro. Isso transparecia sempre que houvesse uma oportunidade; para o czar, havia somente interesses policiais, o que combinava magnificamente com os interesses que a burocracia policial de velho estilo tem em relação ao poder; e, por meio de uma repressão impiedosa, seria possível causar a impressão da existência de um “forte poder estatal” nas bolsas do exterior.

Por outro lado, o fracasso de numerosas missões comerciais enviadas ao exterior demonstrava muito bem que os banqueiros julgavam que a Duma fosse de fato eleita e convocada, para que se pudesse pensar em empréstimo vultoso. Portanto, a “Constituição” deveria ser estabelecida, preservando-se formalmente as promessas de 17 de Outubro, tanto quanto fosse necessário, para que houvesse pelo menos a aparência externa de garantias “constitucionais”, visando a impressionar o público externo. Era com isso que os banqueiros contavam.

Por isso, devia-se fazer a tentativa de reconciliar a “burguesia” do país com os interesses do governo e talvez encontrar partidos que estivessem à sua disposição na Duma e fazer com que ganhassem as eleições. Entretanto,

à execução desse plano opunha-se uma série de complicações: dentro da própria burguesia, bem como no Conselho Imperial, no Ministério e até mesmo dentro dos escalões inferiores como também nos superiores do Exército, havia partidários convictos de uma reforma francamente liberal do sistema de governo. Por outro lado, o regime demagógico de Plehve havia suscitado nos círculos da burguesia o mais profundo descontentamento e uma desconfiança difícil de ser superada. A única esperança que ainda restava — no ponto de vista de Witte — era a de que o povo, diante de uma greve geral, das revoltas e das lutas entre os camponeses, esquecesse todas essas reminiscências.

Uma vez definida a posição do czar, era preciso que o joio fosse separado do trigo, devagar mas sistematicamente, ao menos nos principais postos do Exército e do funcionalismo. Kuttler, ministro da Agricultura, pertencente ao Partido Democrata, e Timiriassiev, ministro do Comércio, pertencente ao Partido do Centro, deixaram o cargo um após o outro. Desde o levante de dezembro o ministro do Interior, Durnovo, homem de confiança do czar, era a personalidade que liderava o ministério. Já a atividade febril de seu ministério, em janeiro e no começo de fevereiro, destacava-se bastante dos outros setores. Ele conduzia a política de repressão pessoalmente. Esse trabalho tornava-se bastante fácil, uma vez que, em sua maioria, os governadores praticavam a repressão por conta própria, como se fosse um esporte, certos de que tanto mais agra-

dariam ao czar quanto mais se distinguissem nessa atividade. Para eles não havia lei.

O senador Kusminski, encarregado de examinar as atividades de dois funcionários, Neidhardt (de Odessa) e Kurlov (de Minsk), declarou ser necessário submetê-los a julgamento. Mas, por insistência do ministro do Interior, que assistia à sessão em pessoa, o Senado livrou-os do julgamento, alegando que “a maneira como agiram correspondia às intenções do governo”. Os zelosos governadores não tomavam conhecimento das admoestações ou proibições dos ministros, especialmente de Witte e, em alguns casos isolados, até do próprio Durnovo. Num desses casos, o ministro desculpou-os, fazendo a seguinte declaração ao Conselho: “Evidentemente, o governador era de opinião de que devia prestar obediência ao Conselho dos Ministros, mas não a cada um de seus membros”. Com relação à arbitrariedade administrativa, a Rússia estava realmente desagregada em satrapias regionais.

Na imprensa, foi divulgada uma notícia, não confirmada em seus pormenores, na qual se narrava que, em uma das sessões do conselho, Witte teria insistido no fim da política de repressão e especialmente em que cessasse o despotismo incontrolável e arbitrário dos funcionários governamentais. A isso Durnovo teria respondido que então já seria tempo de ele deixar o cargo, e esta declaração teria sido recebida com gélido silêncio. Mas, alguns dias depois, uma conversação entre ambos trouxe novamente

o “entendimento”. Na realidade, Witte deixava-se subjugar mais uma vez. Conseguiu que fosse reconhecida formalmente a sua posição como presidente do Conselho, devendo ser comunicadas a ele todas as resoluções dos outros ministérios. Na realidade, a situação continuava de forma tal que, em certa ocasião, Witte declarou: “Durnovo é onipotente e, se quisesse deixar-me na mão, poderia fazê-lo a qualquer momento”.

A primeira providência tomada pela burocracia reforçada foi a alteração da organização policial (que, por ora, não podemos considerar mais detidamente) e a “depuração” dos empregados dos correios, telégrafos e ferrovias, acompanhada de uma sensível melhoria dos vencimentos.

Enquanto, por um lado, simplesmente não se conseguiram conter os assassinatos e especialmente os atentados à bomba, por outro, esses atentados já não tinham nenhuma influência visível ou intimidadora sobre a rotina administrativa. A guerra civil crônica grassava na forma da mais terrível guerrilha: ninguém perdoava ninguém, não se dava atenção à destruição de vidas inocentes. Cada bomba que explodia atingia pessoas que nada tinham a ver com o caso. E, se as tropas fossem atingidas ou se por acaso estivessem por perto, respondiam com toda semcerimônia às bombas e aos tiros, dando uma salva de tiros às cegas, atingindo em cheio blocos de pedestres.

Somente depois das eleições efetuadas na época da Páscoa, quando deviam começar as negociações para se

obter um empréstimo no exterior, buscando boa impressão, começaram a aliviar a superlotação absolutamente insuportável das prisões, libertando numerosos prisioneiros "políticos", que vegetavam de quatro a cinco meses nos cárceres sem que lhes tivesse sido feita qualquer acusação. A brutalidade dos administradores das prisões acabou por atenuar-se, face à indomável energia dos prisioneiros, a ponto de se formarem comissões para estabelecer acordos com os prisioneiros, a fim de se determinar o que lhes seria permitido fazer.

A par das tentativas feitas com bárbara selvageria, mas que não tiveram verdadeiro êxito para controlar as chacinhas, fazia-se agora uma outra conta: as tentativas de criar instituições capazes de causar a impressão no exterior de que o manifesto de 17 de outubro estava sendo levado a efeito, sem com isso ameaçar seriamente o poder da burocracia. O manifesto havia prometido o seguinte: a) a garantia da "efetiva" inviolabilidade das pessoas, a liberdade de consciência, de expressão, de reunião e de associação; b) a ampliação da legislação eleitoral (voltaremos mais tarde a esse assunto); c) a execução do princípio fundamental de que nenhuma lei entraria em vigor sem o conhecimento da Duma, e que a esta caberia teria uma "participação efetiva" na fiscalização do uso dos atributos legais pelo poder estatal.

\*\*\*

Considerando-se o cumprimento dessas promessas pelo velho regime, evidenciava-se cada vez mais que aquele grau de "liberdades" que foi estabelecido de direito, por ocasião da abertura da Duma, com pequenas exceções, não era mais que a obra realizada pelo antigo regime antes do ministério de Witte, e que surgira num ambiente de temor perante a opinião pública, sob a impressão do perigo perdido na guerra e na esperança de arrastar os proprietários de qualquer maneira para o lado da burocracia, sem comprometer-se com o poder ilimitado deles no futuro. Depois que o estabelecimento de um poder legislativo havia sido prometido pelo manifesto de outubro, o ministério provisório nada mais fez no sentido de dar cumprimento àquela declaração; usou de todas as manipulações jurídicas imagináveis para sujeitar à arbitrariedade administrativa as garantias concedidas formalmente para a imprensa, associações, reuniões e confissões religiosas, e não fez nada para eliminar a arbitrariedade absoluta com que eram tratados os cidadãos, sem que valesse nenhuma restrição legal.

Deve-se considerar o que significa quando, no mesmo dia em que toda a ira que vinha sendo acumulada se descarregava na Duma, por ocasião do debate a respeito das liberdades individuais, no mesmo dia em que se deliberava sobre a exigência de conceder-se anistia aos chamados criminosos políticos; quando a administração das prisões já não podia evitar que as manifestações e até os telegramas de congratulações dos presos chegassem até a

Duma; quando em todas as aldeias do vasto império se esperava por uma palavra decisiva, neste mesmo dia podia-se ler no jornal a lacônica notícia de que 240 prisioneiros da prisão de Petrogrado “já estavam preparados” para a deportação administrativa (obviamente sem veredito nem julgamento). O mecanismo continuava trabalhando, como se nada tivesse acontecido.

Entretanto, acabavam de acontecer coisas, para as quais nunca haverá retrocesso. Justamente aquela falsidade com que se concedem oficialmente as liberdades com uma mão, e com a outra procuram torná-las ilusórias no exato momento em que alguém julga poder valer-se delas, terá de transformar-se numa fonte de conflitos repetidos e intermináveis, e de um ódio profundo, infinitamente mais irritante que o velho sistema de repressão sufocante e explícita. Não se pode tratar uma nação e seus direitos de liberdade política como um brinquedo de esconde-esconde, como se alguém mostrasse uma bola para uma criança e, quando esta tentasse pegá-la, a escondesse nas costas.

Coisa semelhante é o que ocorre com a tal Constituição que o manifesto de 17 de outubro havia prometido, ainda que usando-se as palavras mais ambíguas. Antes de considerar a maneira como a burocracia trabalhou em torno dessa promessa, devemos ter bem presentes como, naqueles dias de outubro, Witte, o líder do racionalismo burocrático, além de um manifesto constitucionalista ambíguo, que continha sombrias ameaças para o futuro, ainda

extorquiu do czar uma alteração no funcionamento prático da chamada “autocracia”, a qual deveria entrar em vigor imediatamente, e que alterava definitivamente a natureza mais profunda daquelas promessas.

A característica própria da estrutura da Rússia até outubro de 1905 podia ser reconhecida externamente por duas “lacunas” que se mostravam nos atos mais importantes da vida pública: 1) na falta da assinatura do Ministério, que deveria constar nos decretos imperiais; 2) na inexistência de um “gabinete de ministros” conforme o modelo da Europa Ocidental. Os decretos imperiais, *ukazes* e leis, até a promulgação da Constituição a 23 de abril de 1906, vinham todos assinados unicamente pelo czar, ou então traziam a seguinte nota sobre o cabeçalho: “No original está anotado, por excelsa mão própria: ‘que assim seja’”. Ou ainda, quando se tratava de relatórios ministeriais ou de pareceres da dieta imperial, os quais, em sua maioria, vinham bem fundamentados. Unindo considerações e determinações, todos eles traziam no final uma observação na qual se dizia que o czar havia autorizado soberanamente a publicação do referido relatório em tal ou tal data. Os *ukazes*, os manifestos e todas as leis costumavam vir precedidos de uma boa quantidade de reflexões bombásticas do monarca, seguindo o estilo prussiano do início do século XIX.

Tudo isso deveria acabar. Mas não foi o que aconteceu. O primeiro decreto sancionado após a constituição

efetiva da Duma — datada de 8 de junho e referente à prolongação do estado de sítio em Moscou — não trazia nenhuma outra assinatura. A imprensa reclamou. Em resposta, surgiu um comunicado a 17 de junho, dizendo que o Senado, o qual já no antigo regime tinha a incumbência de atestar a autenticidade dos decretos antes que fossem publicados, examina também a autenticidade da *véreiplenié* — o significado desta palavra oscila entre “confirmação” e “criação de fé pública”. Tratava-se, portanto, de uma assinatura conjunta, mas que excluía totalmente a opinião pública, para evitar qualquer semelhança com o Ocidente.

Além disso, tratando-se de novas leis, não está prescrita a confirmação do Ministério mas a do “secretário de Estado” — pois, após terem sido aprovadas pelas duas câmaras, as leis são apresentadas diretamente ao czar por intermédio do presidente da Assembléia (artigo 65 do regulamento definitivo do Conselho Imperial, de 24 de abril de 1906). Portanto, também neste caso, exclui-se formalmente a intervenção do ministro “responsável”. É evidente que se trata de uma série de revisões e retrocessos do *ucasse* de 21 de outubro de 1905, do qual trataremos em breve.

Entretanto, apesar desses pequenos subterfúgios, esses *ucasses* criaram situações na realidade irreversíveis. Mesmo antes da Constituição, esses decretos fizeram com que a gênese das leis pelo menos começasse a se modificar e alteraram completamente a maneira como se fazia o intercâmbio entre os órgãos mais altos do governo. O *ucasse*

de 21 de outubro reformulou o Conselho de Ministros, tornando-o semelhante a um Gabinete dirigido por um primeiro-ministro. Com isto, os “eslavófilos” de orientação conservadora foram atingidos, mais do que pela própria criação da Duma, por meio da lei de 6 de agosto de 1905, a qual incluía a afirmação de que nenhuma lei deveria entrar em vigor sem sua anuência. Até então, existia o Conselho Imperial, constituído por membros vitalícios, na sua maioria ex-funcionários e “grandes do passado”, reduzidos à dependência e semi-abobalhados, e todas as leis tinham de passar por sua apreciação. A par dessa instituição, existiam ainda outras duas: 1) o Comitê de Ministros; 2) o Conselho de Ministros. O Comitê não era constituído somente pelos ministros mas também por diversos funcionários, e era presidido por um sinecurista que nunca chegou a ter um escritório (aliás, nunca precisou de um). Seus negócios não eram resoluções de alta política, mas muito pelo contrário: a solução de certos negócios de tramitação interministerial e o exercício de certas atribuições que a lei lhes conferia, como, por exemplo, a autorização para fundação de sociedades anônimas.

O Conselho de Ministros, por sua vez, era um Conselho da Coroa, para usar a terminologia prussiana. Era presidido pelo monarca ou, quando quisessem “considerar mais atentamente alguma questão, estando ausente o monarca”, a presidência cabia ao ministro mais idoso que estivesse presente. Além dos ministros, o conselho era

constituído por todos os chefes departamentais e por outras pessoas, convocadas *ad hoc* pelo monarca, com a participação do secretário do Conselho Real. Era convocado por ordem do czar para discussão de alterações das leis e para outras determinações de relevante importância política, para decisões a respeito dos relatórios das tão estimadas “comissões especiais”, nos quais se tratasse de problemas concretos de importância política geral, e ainda em alguns casos determinados pelo próprio czar. De resto, não existia a figura de um primeiro-ministro que tivesse o direito incontestável de controlar tudo o que fosse apresentado por seus colegas ao monarca, e não havia sequer de liberações ministeriais regulamentadas, como se faz na Prússia, por exemplo. E, com exceção dos casos em que a lei ou a vontade do monarca exigiam expressamente outra coisa, o intercâmbio entre os departamentos dependia da boa vontade dos chefes e do bom relacionamento pessoal entre eles.

Criou-se uma situação que se caracterizava pela desagregação do país em numerosas satrapias, cujas atribuições tinham limites não só em áreas geográficas como também conforme a natureza dos objetivos de cada departamento, e eram constante objeto de discussão. Essas satrapias viviam numa sucessão constante de fases de guerra, de cessar-fogo conseguido a duras penas, de alianças e de novas intrigas. No caso de estourar uma guerra entre os potentados dos departamentos, os bombardeios consis-

tiam em grossos volumes de escritos governamentais de centenas de páginas, para cuja elaboração os departamentos agressores ou agredidos procuravam ajuda de letrados, que não raro se haviam formado na Alemanha, os quais, com o suor de seu rosto, deveriam compulсар toda a literatura política, histórica e econômica que houvesse, tanto nacional como estrangeira. Nos casos em que é possível entender algo desses escritos, vê-se que eles são de leitura extremamente divertida e, embora o assunto nunca seja tratado concisamente, às vezes o conteúdo é bastante interessante. Não é raro que, para provar que os interesses da nação foram preservados, bons conhecedores, russos ou não, aleguem justamente os mesmos argumentos que serviam para considerar como positivas a corrupção e o relaxamento do funcionalismo.

A tentativa de se aprofundar no maquinismo das regulamentações russas, que se encontra dentro e fora dos 16 volumes do Sowod, acaba levando forçosamente à conclusão de que tomar esse emaranhado como leis efetivas não só tornaria a vida do homem “moderno” totalmente impossível como acabaria por reduzir o próprio maquinismo legal ao absurdo, a exemplo da bem sucedida tentativa dos ferroviários na Itália, que usaram de “obstruções técnicas”. Em todo o caso, considerando a coisa unicamente do ponto de vista da liberdade de movimentos dos círculos da “burguesia”, qualquer cerceamento que o “sistema” do regime autocrático impusesse a si próprio ou, para usar

de uma expressão de Leroy-Beaulieu, qualquer canal, por sujo que fosse, que permita escapar das redes desse pavoroso racionalismo burocrático, deve ser considerado proteção à dignidade humana dos súditos. Os mais odiados entre os funcionários não eram os “pedantes” alemães, os quais acreditavam com ingênua sinceridade na “sacralidade” dessas “regulamentações” que o sistema havia gerado por si, nem tampouco os racionalistas centralistas e incorruptíveis de grande estilo, como Plehwe, por exemplo. A velha e patriarcal autocracia só poderia encontrar uma exequibilidade técnica dentro de um sistema no qual governasse um desleixado que procurasse govar o menos possível.

O *caso* de 21 de outubro de 1905 significava o desaparecimento da velha “autocracia”, cujas aparências ainda persistiam, e a instalação definitiva do domínio centralizado por meio de uma burocracia modernizada. Entre o monarca e os chefes dos departamentos interpõe-se o Conselho Ministerial e seu presidente, o qual, necessariamente, também tem o cargo de ministro, ainda que seja um “ministro sem pasta”. Deixa de existir a participação de pessoas convocadas *ad hoc* pelo czar, sendo que o secretário do Conselho Real também é impedido de assistir as sessões. O Conselho de Ministros passa a ser constituído exclusivamente pelos chefes dos departamentos, sendo que somente o presidente do Conselho pode convocar outros peritos e dar-lhes voto consultivo (n.o 9). O monarca pode

presidir o Conselho de Ministros, mas isso é considerado uma exceção (n.o 5). Tratando-se de resoluções do Conselho de Ministros que necessitem de confirmação da mais alta autoridade, o presidente do Conselho expõe o assunto pessoalmente ao monarca (n.o 7), bem como em todos os casos de divergências de opinião que venham a surgir dentro do Conselho e que excedam sua competência (n.o 16). O presidente do Conselho tem o direito de exigir dos chefes de departamentos todas as explicações e relatórios que julgar necessários, e todos os relatórios dos chefes de departamentos que se dirigem ao monarca devem antes ser levados a seu conhecimento (n.o 17), e tem ainda o direito de presença na apresentação do relatório. Tem igualmente competência para representar os departamentos perante a Duma, mesmo em conjunto com o respectivo chefe. Pertilha do direito de cada ministro de levar qualquer assunto ao Conselho de Ministros (n.o 11). Todos os assuntos que vierem a ser levados ao Conselho Real ou à Duma deverão ser submetidos antes ao Conselho de Ministros (n.o 12) e nenhum assunto que tenha “importância maior”, pode ser resolvido pelo chefe departamental sem ter antes passado pelo Conselho de Ministros (n.o 13). Somente nos casos atinentes à Corte Imperial, aos apanágios, à defesa do Estado e à política externa é que a necessidade de apresentação prévia ao Conselho de Ministros fica restrita a certos assuntos, conforme critério dos próprios chefes de departamentos (n.o 14). Quanto às sugestões para o pre-

enchimento dos cargos mais altos da administração central ou regional, os departamentos devem submetê-los ao Conselho de Ministros, com exceção dos departamentos da Corte Imperial, dos apanágios, do Exército, da Marinha, bem como da diplomacia. O velho Comité ministerial foi dissolvido passo a passo e, ao ser convocada a Duma, acabou de perder suas últimas atribuições.

Percebe-se imediatamente o que acaba de ser criado: a racionalização burocrática definitiva em todo o campo da política interna. Esta, hoje em dia, promove o técnico. E, faltando a autonomia, isso significa que promove unicamente o burocrata. Um autocrata — mesmo que sua personalidade não seja tão nula como a do czar atual — sempre receberá todas as questões de política interna “pré-mastigadas” pelo primeiro-ministro e pelo Conselho. Os interesses da burocracia uniram-se nesse Conselho para formar um poderoso truste. Usando uma comparação empregada para qualificar o consumo de ministros pelo parlamentarismo francês, o autocrata está limitado ao papel de um jogador de boliche que pode derrubar as nove balizas sempre que quiser, mas depois terá que fazer pessoalmente o trabalho do garoto que as repõe no lugar. A solicitação dirigida aos políticos liberais para que ingressem em “seu” gabinete partiam do primeiro-ministro, conde Witte, bem de acordo com os modelos da Europa Ocidental, e ainda que todos recusassem, assim mesmo reformava-se quase todo o ministério.

Como também o Conselho Imperial (ainda falaremos a respeito) se transformou num corpo parlamentar, tornando-se assim incapaz de assessorar de maneira mais reservada ao czar, a única “roupa” que o czar ainda possui reduz-se, no dizer de Bismarck, ao Conselho de Ministros. Disto segue-se que o monarca fica inteiramente indefeso perante a burocracia. Esse fato não é atenuado nem mesmo pela possibilidade que ainda lhe resta de opor-se sem qualquer restrição a todas as resoluções do Conselho, ainda que isto eventualmente possa ter graves consequências políticas. Ele foi excluído do ritmo do “serviço” e, pela natureza das coisas, sua ação ficou condenada a uma ausência total de coordenação. Por outro lado, também neste caso continua valendo a condição “desde que a máquina não se canse”.

A guerra entre as satrapias departamentais veio aumentar sua influência efetiva; agora ela se limita essencialmente a um direito de veto, que se estende a todo o campo de ação do Conselho. Ainda que, segundo se conta, ele forme um “governo paralelo” particular, constituído pelos grão-duques ou outras pessoas de “confiança”, suas intervenções serão sempre determinadas pelos interesses de certos grupos, ou serão inteiramente casuais.

Mas, em um sistema de pseudoconstitucionalismo, a posição de monopólio ocupada pelo Conselho deveria assumir proporções monstruosas, na qual os ministros, usando do maquinismo administrativo, criariam um simulacro de

Parlamento, desprovido de qualquer influência que fosse garantida por lei, e fariam com ele o que bem entendessem.

A situação poderia evoluir de uma maneira totalmente diversa se o sistema constitucionalista verdadeiro fosse posto em prática com perfeita cobertura legal. Por mais estranho que pareça, este seria o recurso mais seguro de que o monarca poderia dispor para continuar mantendo a burocracia sob seu controle efetivo. Pois, nesse caso, a burocracia ficaria dependendo do monarca em relação ao departamento, e surgiria entre ela e o czar uma comunidade de interesses.

Devido à natureza desses assuntos, nos quais “tudo está suspenso”, não é possível formular expressões generalizadas, mas é nessa possibilidade que vamos buscar a explicação para a posição em que se encontram certos monarcas sujeitos a um direito constitucionalista formal (como os da Prússia e de Baden), os quais detêm uma posição bem mais forte que a do czar. O *kingdom of influence*, puramente parlamentar, precisamente por causa de sua modestia consciente pode executar um belo trabalho, positivo e sistemático, em benefício de seu país, ao passo que o *kingdom of prerogative* não pode fazê-lo, porque a vaidade dinástica ou a arrogância (do monarca) podem se inflamar facilmente devido ao reconhecimento legal das prerrogativas da Coroa, e, assim, ele é levado a ambições pessoais que são incompatíveis com a realidade da vida pública moderna, a qual não comporta mais o diletantismo do so-

berano como era moda no tempo da Renascença, a não ser com graves prejuízos. Seja qual for o destino da “Constituição” na atualidade, ficamos curiosos para saber qual será o caminho que o Partido do Centro tomará.

Em abril de 1906, Schipov fez uma proposta de fundo do “eslavófilo”: o Conselho Imperial deveria ser composto totalmente, ou ao menos em sua absoluta maioria, por representantes dos *zemstvos* e de outras corporações semelhantes, e fazer com que passasse a ser um corpo meramente consultivo, para assessorar diretamente ao czar, independente da Duma, a qual seria a única instituição a participar do poder legislativo — bem ao contrário de uma inovação que subsiste atualmente e da qual trataremos em breve. Esta sugestão de Schipov apoia-se num pensamento ao menos em parte correto: a lei de 20 de fevereiro de 1906 transformou o Conselho Imperial em nada mais que um freio imposto à Duma, exclusivamente para favorecer os interesses da burocracia que, por força da lei, necessariamente possui a maioria dos votos dentro do Conselho. O czar, por sua vez, não encontra o menor apoio para si dentro dessa instituição que discute e resolve os assuntos a partir de uma sistemática parlamentarista.

No entanto, um grupo que não fosse demasiadamente grande, que tivesse apenas uma função consultiva e com a qual o monarca pudesse manter um contato direto, poderia ser mais influente no trabalho “positivo” (no sentido que os defensores daquela teoria atribuem a esta expres-

ção) e poderia constituir um forte apoio contra a burocracia para os czares que soubessem valer-se dele. No sistema atual, o Conselho se compõe necessariamente de 60 ou 80 membros no mínimo e, assim, faltando “intimidade”, surgem sérias dúvidas sobre seu êxito.

Seja como for, é certo que as disposições estabelecidas pelo *ukase* de 21 de outubro eram o ápice do poder burocrático colocado nas mãos de Witte. Mas não conseguiu impor-se na posição de primeiro-ministro, cargo este que ele próprio havia criado para si. Assim se confirma uma vez mais que um homem desmedidamente ambicioso, totalmente desprovido daquilo que chamamos de “caráter político” e usando exclusivamente a inteligência, por maior que esta seja, não consegue mais do que sacrificar tudo para alcançar a pasta ministerial, e depois afastar-se, desonrado, do cenário.

Por causa das Bolsas de Valores, Witte havia mantido o seu posto por muito tempo. Mas, assim que o empréstimo externo chegou, Witte desapareceu, não conseguindo nem mesmo garantir o crédito do governo que, em sua opinião, devia estar suposto no empréstimo. Em janeiro, quando ainda era indispensável, Witte deveria ter levantado a questão da liderança e enfrentado Durnovo. Ao invés disso, sujeitou-se a esse indivíduo, o único membro venal do Conselho, e condenou-se a uma absoluta falta de influência, expondo-se ao ódio e ao desprezo da “sociedade”, sem ter conseguido conquistar a confiança do czar; além

disso, tornou impossível (ou, no mínimo, muitíssimo difícil) a sua volta como eventual “salvador” da situação. Todavia, aqui não se trata da pessoa de Witte. Se agora a racionalização do poder burocrático começar a avançar para os postos mais baixos e continuar a espalhar-se de maneira irresistível, é certo que todos os ideais da “eslavofilia” serão atingidos em sua raiz.

Com isso, porém, a guerra da “sociedade” contra a burocracia torna-se permanente. Quanto eu saiba, o jornal *Novoje Vremia* foi o único que aconselhou o conde Witte a permanecer no posto, usando de uma expressão de muito bom gosto para um caso como este: *noblesse oblige*. Assim também, excetuando-se o funcionalismo, a única parte da população que sentiria algum prazer em concordar com o domínio da burocracia sob formas pseudo-constitucionais de governo seriam os grandes capitalistas e banqueiros, desde que lhes fosse concedida total liberdade na obtenção de lucros e que se fizesse desaparecer o “direito de greve”. (Naturalmente, os grandes capitalistas sempre estarão do lado da burocracia contra a Duma e tolerarão sem reservas os direitos formais desta). Entretanto, como ainda descreveremos mais adiante, a burocracia se enleou de tal forma em sua próprias redes com sua lei eleitoral que já não podia ajudar esses seus amigos prediletos. Mais adiante veremos que o Partido do Comércio e da Indústria — o qual representa a classe burguesa, tomando-se o sentido mais estrito da palavra — conseguiu eleger apenas um

único deputado. Todo o resto da sociedade russa, sejam quais forem os partidos que a constituam, se opõe, unida como se fosse uma só pessoa, à transformação da velha autocracia numa burocracia moderna e racionalista.

O pavor dos “vermelhos” faz com que os proprietários se escondam por algum tempo sob a sombra da autocracia. Mas, em breve, nós teremos de nos convencer de que mesmo o terror vermelho não tem condições de fazer com que a sociedade russa relegue aos arquivos o sistema do absolutismo “esclarecido”, ou seja, do absolutismo burocraticamente racionalizado, que subsiste como consequência da técnica do trabalho burocrático moderno. Este é o aspecto mais interessante do período do ministério interino. A brecha se alargou a tal ponto que, depois de aniquilar definitivamente os ideais das teorias políticas da “eslavofilia”, só seria possível conseguir sujeitar a burocracia a um controle legal pagando o preço de uma guerra civil crônica. Entretanto, já vimos que o regime provisório não conseguiu restabelecer nem mesmo uma paz aparente.

\*\*\*

A instituição do Conselho Imperial, que até então havia sido um corpo apenas consultivo, e a equiparação de seus direitos aos da Duma lesavam o “espírito” do Manifesto de 17 de Outubro. Essa não era apenas a opinião da democracia, mas também a dos “eslavófilos” modera-

dos como Schipov. Embora o Conselho Imperial fosse composto por membros eleitos pela nobreza, pelo clero, pelos *zemstvos* e universidades, pelas corporações industriais e artesanais, o imperador podia nomear um número igual de membros, e o presidente do Conselho, que também era nomeado por ele, tinha o voto de Minerva.

Como os membros nomeados para o Conselho Imperial só podem ser demitidos a pedido espontâneo, torna-se impossível a reestruturação de seus postos por meio de um ministério que seja formado pela Duma, e isso representa a obstrução do progresso legislativo por meio da burocracia do Conselho Imperial. Dessa forma fica claro que a extensão total da competência da Duma na realidade não traz mais que uma pequena alteração da lei de 6 de agosto, no sentido de que acabava de ser estabelecido um veto contra a Duma, impedindo-a de promulgar leis permanentes (a mesma coisa aconteceu com o Conselho Imperial ampliado).

Todo o relacionamento entre o governo e a representação do povo foi regulamentado sob uma orientação dogmática, na qual se considera que a representação do povo é o inimigo natural do poder estatal e sempre o será. Mas é claro que esse modo de ver as coisas não poderia provocar senão um movimento reflexo de considerar o governo como o inimigo natural do povo, que se costuma atribuir à democracia (mormente à alemã) para acusá-la, seria a única reação possível, se já não tivesse sido incultada

nas massas durante dezenas de anos pelo comportamento da burocracia.

\*\*\*

Ao promoverem a codificação de uma caricatura de constitucionalismo os codificadores poderão chegar a um resultado bem diferente do que esperam. Apesar de toda a competência de alguns de seus membros e de toda a sofisticação de sua técnica administrativa, a burocracia é imensamente estúpida no campo da política. Usando uma espécie de esperteza camponia e com a malícia típica dos mongóis, a burocracia procura fechar prudentemente todas as malhas da rede jurídica, para que o Parlamento não se enrede e fique preso.

Contudo, assim como a "bajulação é a inclinação do vício diante da virtude", assim também a codificação expressa de um pseudoconstitucionalismo tão profundamente inverossímil é uma humilhação igualmente profunda da autocracia perante o princípio constitucionalista; com o passar do tempo, isso não diminui o prestígio desse princípio. Pelo contrário, prejudica, isso sim, a autoridade do monarca, o qual demonstra claramente estar permitindo que o forcem a fazer concessões a um sistema que é incompatível com sua vaidade e seu prurido autoritarista, quando poderia muito bem fazer uma autêntica experiência com o constitucionalismo. Se mais tarde se evidencias-

se que essa "experiência sincera" não teve outro efeito senão o de conduzir aos palavrórios ocios, ao desconhecimento das "oportunidades" proporcionadas pelo atual estágio de desenvolvimento e às tentativas inúteis de caminhar pseudoparlamentaristas, então o monarca ainda poderia contar com o poder religioso que a sagração real — apesar de tudo — possui junto ao povo. Poderia contar também com a força das baionetas e com o poder de certos "ideais" — por mais que estes se baseiem em suposições de caráter totalmente transitório, quando resolvem proclamar o fracasso da "experiência" e abolir os direitos formais. Seu prestígio saíra fortalecido dessa luta, às custas de seus adversários mais perigosos.

Mas agora, quando toda a movimentação do Parlamento está cercada pelos arames farpados das leis, a situação é exatamente a oposta: o Parlamento é que pode transmitir às massas a convicção de que a experiência de governar juntamente com o monarca "fracassou". E, se tentarem dissolvê-lo por meio de enganos e violências, forçando a criação de uma Câmara de Administradores Regionais, a "idéia" do czarismo é que terá de arcar com as consequências.

\*\*\*

A legislação eleitoral de Bulygin (Regulamento Eleitoral de 6 de agosto de 1905) apoiava-se na idéia de dar

seqüência ao direito eleitoral dos *zemstos* por meio de uma representação bastante complicada das classes e categorias sociais. Normalmente, cada circunscrição eleitoral tinha a mesma extensão territorial de uma província. Em cada circunscrição eleitoral havia três grupos: o primeiro era constituído pelos representantes dos proprietários de terra, sendo que os grandes participariam pessoalmente da escolha dos delegados eleitorais, e os pequenos, caso chegassem pelo menos a um décimo dos grandes, participariam por meio de procuradores. O segundo grupo era constituído pelos representantes dos donos de propriedades urbanas e de todos os outros tipos de bens móveis: capitais da indústria e do comércio e patrimônios “móveis” cuja existência se evidenciasse pela posse de moradias muito valiosas. Esses dois grupos deviam escolher os eleitores em sessões separadas. O terceiro grupo era o dos camponeses no sentido classista da palavra, ou seja, os que estivessem inscritos nos cadastros de contribuintes de impostos agrícolas), que também escolhiam seus eleitores em separado. Depois, na eleição dos deputados, os “camponeses” tinham o privilégio de, em cada circunscrição, escolher um dos seus para participar da Duma e, em seguida, juntamente com os eleitores dos outros dois grupos, eleger os deputados restantes.

O censo das classes rurais e urbanas estava calculado de maneira que era necessário ter posses no valor de 30 a 50 mil rublos, ou uma renda de no mínimo três mil ru-

blos para cumprir as condições a que estava vinculado o direito de voz ativa (pagamento de impostos, extensão mínima de propriedades etc.). Somente na zona rural, os pequenos proprietários podiam agregar-se em “cúrias” para obter o direito ao voto.

Portanto, não era só o proletariado (com exceção do proletariado agrário) que era excluído. Excluía-se também a classe média inferior (artesãos, funcionários de categoria média etc.) e principalmente a parte da *intelligentzia* que não tinha grandes posses. Contra estes últimos, ainda se erguiam cautelas especiais, com a proibição de candidaturas duplas, como o princípio da “eleição do próprio meio”, isto é, o candidato ficava vinculado ao seu lugar de origem, e por este princípio impedia-se que surgissem líderes populares etc.

Por esses meios, nutria-se a esperança de unir tanto os interesses dos ricos como os dos camponeses tidos por autoritários, com aqueles da burocracia. Os eleitores que representassem os proprietários de bens móveis viam-se confinados dentro dos grupos eleitorais das outras duas classes, sendo que somente algumas cidades maiores estavam constituídas como circunscrições eleitorais independentes. Os latifundiários e os camponeses deviam, portanto, repartir o poder, ao passo que a “burguesia”, no sentido específico da palavra, e os “ruralistas domésticos” das cidades obtinham a garantia de um canto acolhedor.

O manifesto de 17 de Outubro promovia a extensão do direito eleitoral para as classes que não encontravam

representação dentro desse sistema — e isso parecia acabar com todos aqueles refinamentos. Entretanto, a burocracia procurou tornar inócuos os efeitos do forte alargamento das bases eleitorais, a cuja concessão se vira forçada, fazendo com que a correnteza dos novos eleitores fosse canalizada toda para uma única direção: fizeram com que participassem da classe dos eleitores que representam os proprietários de bens “móveis”, a qual se encontra em irremediável minoria perante as duas classes de eleitores que representam os proprietários rurais e os camponeses. O número de votantes multiplicou-se por vinte, pelo menos, mas o número de delegados eleitorais a serem escolhidos por eles ficou sendo o mesmo.

\*\*\*

Evidentemente, o reescrito de 18 de fevereiro de 1905 foi extorquido do czar e vazado em termos bem definidos. Se, ao invés disto, no outono de 1904, antes do caso de Port Arthur, tivesse sido outorgada uma “Constituição”, mesmo com direito eleitoral discriminatório ou classista, e se ela tivesse entrado em vigor imediatamente, por meio da proclamação das eleições e da convocação de uma representação do povo, seria sumamente provável que houvesse uma Duma de caráter “burguês”, agradecida, disposta ao máximo de colaboração. A vaidade do monarca e os interesses da burocracia fizeram com que se perdesse a

oportunidade. Se ao menos as eleições discriminatórias, previstas no projeto de Bulygin, tivessem sido marcadas logo para o início de agosto e pudesse ser dada a conhecer a data da primeira reunião da Duma, então não teria sido excluída a possibilidade de se conseguir um Parlamento com o qual Witte, que naquela época ainda ostentava uma auréola de glória, pudesse ter governado.

Mas o levante de outubro se interpôs e, depois do Manifesto de 17 de Outubro — o qual representava uma derrota pessoal, clara e vergonhosa, do czar — todos os triunfos ficaram do lado da democracia. Do ponto de vista egoísta da burocracia, ficar aguardando os acontecimentos foi uma tática correta, se o que se desejava era justamente um pseudoconstitucionalismo no lugar de uma política francamente constitucionalista. Assim que os acontecimentos de dezembro e as agitações camponesas surtiram efeito, teria sido o momento apropriado. Se naquela ocasião, no fim de dezembro, existisse uma lei eleitoral e um cadastro de eleitores e, conseqüentemente, houvesse condições para que fossem realizadas as eleições, supondo-se, evidentemente, que existisse a base de um entendimento político com os líderes dos grandes proprietários, poder-se-ia admitir com um alto grau de probabilidade que o resultado teria sido substancialmente mais favorável do que dois meses mais tarde. Mas, então, voltavam a hesitar, na esperança de que afinal “esse cálice” talvez passasse completamente. Veio ainda a questão da técnica eleitoral

para criar mais um prazo de vários meses para se realizarem as eleições principais. Esse grande espaço de tempo desfez tudo o que se esperava alcançar por meio da lei.

Se o legislador imaginou que, com isso, o calor da agitação eleitoral diminuiria ou que o partidatismo político perderia sua importância, deve ter sido uma decepção completa, apesar do boicote estúpido que foi organizado pela extrema esquerda. Justamente nesse processo eletivo, o prêmio concedido à disciplina partidária é muito alto e, além disso, a longa duração da campanha eleitoral, consequência da complexidade do sistema adotado, levou a agitação ao ponto de fusão, com exceção dos casos em que foi possível esmagá-la sem maiores considerações — se bem que isso se revelasse mais difícil do que se imaginava.

Na realidade, uma coisa muito peculiar no atual estágio da evolução russa é que todos os fenômenos da “civilização” econômica e política da Europa Ocidental surgem de improviso e sem nenhuma escala intermediária no ambiente ainda arcaico dessa sociedade — exceto em sua camada mais alta.

Em virtude das proibições deixadas inteiramente a critério da autoridade local (governador) — as quais, às vezes, atingiam também as reuniões dos partidos do centro — o número das reuniões, ciclos e conferências canceladas era bem maior do que o das que chegavam a ser realizadas (isto vale ao menos para a esquerda). Mas as reuniões can-

celadas não eram menos importantes que as realizadas no que se refere à agitação partidária, muito pelo contrário.

Ninguém deveria admirar-se que tanto as massas das cidades quanto os camponeses tivessem esta certeza: sempre que a burocracia proíbe alguma coisa, trata-se de algo muito bom que ela não quer conceder ao povo. Dessa forma, a autoridade não fazia mais que proporcionar uma espécie de higiene mental para os nervos dos agitadores, principalmente dos nossos colegas russos, cuja capacidade de ação deixa bem para trás os conceitos dos catedráticos alemães, acostumados a certo grau de comodidade: a par da “eclosão das forças retóricas” vinham também as da publicidade. Houve um dilúvio incrível de artigos, uma sequência que parecia uma barragem de fogo, versando principalmente sobre questões de política agrária e apoiando-se sobre as mais vastas estatísticas, ainda que muitas delas contivessem contradições inconciliáveis. Essas polêmicas não existiam apenas entre adeptos de orientações partidárias opostas, mas também entre correligionários de nível universitário que escrevessem para o mesmo jornal.

Nessas condições, a proibição de realizar alguma reunião era um autêntico benefício para o orador semimorto de cansaço. Além disso, tal proibição transformava-se numa excelente propaganda para o partido atingido pela proibição, uma propaganda que provavelmente era melhor do que o discurso cancelado, e ainda trazia a vantagem de ser gratuita. E isso também é importante dentro

desse sistema eleitoral, pois também os custos da campanha eleitoral são excessivos. Ao contrário do que se fez na França e na Inglaterra, e de maneira semelhante ao que se fez na Alemanha, foi adotado o sistema de se elaborar um cadastro especial de eleitores para cada eleição que viesse a ser realizada. Na primeira vez, as circunstâncias exigiam que assim se fizesse, mas a lei prevê o mesmo sistema também para o futuro.

É fácil adivinhar o volume de despesas que uma técnica eleitoral tão complicada impõe aos partidos. Entre outros, existe também o desejo de simplificar as campanhas eleitorais e de disputá-las com custos menores, tanto no que se refere ao desgaste moral como físico. É isso que, no Ocidente, leva a imprensa e os partidos melhor organizados — os cléricais e os socialistas — a se empenharem pela substituição das eleições indiretas pelas diretas. Neste último sistema, pode-se aumentar o interesse das massas pelas eleições e, em conseqüência, aumentar a força da “demagogia”, utilizando recursos muito menores.

Empregando o formalismo e um sistema de filtragem, o governo tentou evitar que a *intelligentzia* e, especialmente, o temido “terceiro elemento” viessem a receber votos dos camponeses. Por esses meios, conseguiu abaixar a média do nível intelectual dos deputados, mas não conseguiu atingir as candidaturas da classe que para ela representava o maior perigo: a *intelligentzia* na zona rural. Pelo contrário, apenas a fortaleceu. Fora os casos em que esse grupo se exclui

das eleições por meio de uma resolução estúpida de boicotá-las, não havia outro meio de contê-lo, a não ser empregando a violência. Essa era a opinião da burocracia policial.

Mas a violência, onde quer que fosse empregada, transformava-se em propaganda. Muitos representantes dos camponeses que haviam sido presos enviavam telegramas da própria prisão para a polícia, agradecendo-a pelos serviços que ela havia prestado para que fossem eleitos — e, como se evidenciou mais tarde, tinham toda a razão para isso. O emprego da violência por parte da polícia sempre ofende o senso de justiça dos camponeses russos, de estarem acostumados e inclinados a se sujeitar, ao menos aparentemente, a essa violência, talvez mais do que em outros países. Em parte, essa é a razão por que também se ofendem mais facilmente. Pois é justamente por isso que os camponeses russos não vêem outra coisa nessa violência a não ser a “imoralidade”, a influência puramente “casual”, brutal e absurda do poder, que se encontra na mão de pessoas que são seus inimigos declarados. A única pergunta que nos resta fazer é o que irá predominar por ocasião das eleições: esse senso de justiça obstinado e silencioso, ou o medo da polícia. O governo contava com essa última possibilidade, e devemos reconhecer que, ao menos sob este ponto de vista, fez o que pôde.

Uma vez tomadas essas precauções, o fracasso completo nas eleições surpreendeu tanto o próprio governo quanto os seus adversários. Considerado objetivamente,

esse fracasso é um fenômeno tão estranho que suas peripécias certamente merecem um estudo de interpretação.

As associações profissionais que haviam florescido repentinamente e vigorosamente, e que eram o sustentáculo do movimento radical, foram dissolvidas. As corporações propriamente ditas eram tratadas com mais consideração, e nisso os russos foram mais espertos que o estúpido regime de Puttkamer em nosso país. Não obstante, a enorme pressão que se exercia sobre a indústria criava uma forte reserva de desempregados, a tal ponto que as fábricas cujas atividades haviam sido reiniciadas podiam efetuar, com a maior comodidade, uma "triagem" completa do operariado. A moral do proletariado caiu tanto que este parecia prestes a perder totalmente até mesmo as conquistas puramente econômicas da revolução. Em toda parte, as fábricas (as que trabalhavam, bem entendido, pois muitas ficaram fechadas até abril) começavam a prolongar novamente a jornada de trabalho; parecia que o único fruto que restava da revolução era a substituição do tratamento dos operários de "você" por "o senhor".

Essa pressão econômica fez amadurecer um fruto que, nas condições próprias da Rússia, está intimamente ligado ao comunismo agrário. Uma parte importante do exército de desempregados permaneceu nas cidades, mas os outros voltaram para as aldeias de onde tinham vindo, e os agitadores e socialistas que haviam sofrido com a "triagem" feita nas fábricas transformavam-se em propagandistas do radicalismo entre os camponeses. Mas o movimento operário, apesar da situação difícil, reergueu a cabeça com uma elasticidade nunca vista em parte alguma, por mais que o poder efetivo das forças situacionistas tivessem atingido seus líderes.

\*\*\*

Seria bom traçar um esboço, ainda que rápido, do programa agrário do Partido Constitucional-Democrático e sobre as divergências de opinião que surgiram a respeito desse programa, para que se possa ter uma idéia das dificuldades com as quais terá de contar a tentativa de "fazer alguma coisa" nessa questão, que atualmente é a mais importante na Rússia.

Com exceção do extremo norte e das regiões das terras novas, em quase todas as outras regiões do Império Russo dá-se a aparição de um fenômeno que "subjetivamente" se manifesta na forma de uma aguda fome de terras entre os camponeses. Essa procura manifesta-se principalmente na zona que abrange as regiões das "terras negras" (onde existe só, ou quase só, a atividade agrícola do plantio de cereais), e as terras que com estas fazem fronteira, estendendo-se da margem ocidental do Volga através da região centro-sul até o rio Dnieper e ainda mais além. "Objetivamente", a pressão dessa procura de terras manifesta-se claramente da seguinte forma: há duas déca-

das o preço dos cereais vem caindo quase que constantemente, e, enquanto as técnicas empregadas permanecem relativamente nos mesmos níveis, os preços dos arrendamentos e das propriedades estão em alta contínua, que chega a ser exorbitante.

A procura de terras não tem origem na intenção de investir para obter novas fontes de renda. A posse da terra é desejada muito mais como garantia, a fim de que cada um possa usar sua capacidade de trabalho e garantir a própria subsistência. A finalidade não é a obtenção de lucros, mas sim atender às necessidades mais prementes. Por isso, o único limite para o preço das terras são os recursos financeiros obtidos através de todos os meios imagináveis por aqueles que as desejam. Se considerarmos o estágio atual da qualificação dos camponeses para o comércio, e a economia como fator que só poderia ser alterado muito vagarosamente, então é correto considerar o empenho que fazem para aumentar suas propriedades a todo custo como premissa inevitável para tudo o mais, especialmente para garantir a possibilidade de "auto-ajuda".

A extensão das propriedades rurais é aumentada por meio de transações particulares ou do Banco Agrícola. O volume dos negócios é significativo, mas são realizados a preços tais que excluem toda a possibilidade de que as rendas venham a compensar o custo das terras arrendadas ou compradas. As razões são estas: 1) os resultados obtidos pela administração dos camponeses ficam, em média,

uns 20% abaixo do obtido pelos antigos senhores, de quem se compram as terras; em muitos casos, o lavrador fica em situação melhor como empregado do senhor fundiário do que como arrendatário ou comprador das terras, mesmo que para isso tomássemos como base somente a "rentabilidade" das propriedades; 2) é, principalmente, porque a concorrência terrível dos camponeses que necessitam arrendar ou comprar terras eleva os preços muito acima da rentabilidade capitalizada pelas propriedades, de tal modo que os preços se elevam sem que seja possível estabelecer um teto.

Nessa corrida desenfreada não são de forma alguma os mais necessitados que conseguem obter a terra de que precisam. Dessa situação surgiu a idéia de uma intervenção para fixar os preços, de pôr um fim à exorbitância que se cobra pelas propriedades rurais, e fazer um planejamento para incrementar o *nadtel* (direito dos camponeses de participarem da posse das terras) favorecendo aqueles que realmente necessitam de um pedaço de terra, aliviando-os ao menos da pressão constante da fome. Em resumo, foi assim que nasceu a idéia da expropriação.

Vejamos brevemente quais são os problemas em que essa idéia se enreda. Primeiramente é preciso saber qual será a norma aplicada para determinar a extensão do *nadtel*, que será obtido por meio de distribuição de terras. Entre sugestões e exigências, confrontavam-se duas posições: 1) a exigência de que o lavrador possuía a quantidade necessária de terras para poder utilizar toda a sua capacidade de

trabalho. "A terra pertence a Deus, ela deve ser confiada a quem trabalha com suas próprias mãos, e cada um deve receber tanto quanto possa cultivar". As estatísticas põem acima de qualquer dúvida que é absolutamente impossível alcançar esse objetivo na Rússia. Simplesmente não existem tantas terras assim.

Não obstante, não foi somente o Partido Social Revolucionário dos Operários e Camponeses que defendeu essa tese, até mesmo na Duma, mas houve também alguns políticos especialistas em questões agrárias que se declararam a favor do que chamavam "direito ao trabalho"; 2) o "princípio da necessidade", referente ao "direito à subsistência". Deve-se confiar à administração dos camponeses tanta terra quanto for necessário para atender às necessidades mais elementares de subsistência; entende-se que essa norma só poderia ser estabelecida levando-se em conta a situação própria de cada lugar. A primeira norma parte do direito ao trabalho, e a segunda, do direito à subsistência. A primeira norma, bem como o próprio "direito ao trabalho", baseia-se na tese de que a razão de ser da atividade econômica é o lucro e, por isso, é um filho revolucionário do capitalismo; a segunda norma toma como razão de ser da atividade econômica a satisfação das necessidades, e seu fundamento filosófico é o ponto de vista do "sustento". O princípio da norma referente ao direito à subsistência, por sua vez, pode obter duas formulações: 2.1) deve-se tomar por medida uma extensão de terra que,

em condições normais, melhorando as técnicas empregadas pelos camponeses, baste para se poder alcançar um nível compatível com os empreendimentos rurais modernos; 2.2) que se tome por base a técnica atual dos camponeses, ou seja, a capacidade de produção "normal" de cada região, uma vez que não se pode favorecer diretamente os ignorantes e os preguiçosos.

Finalmente, temos ainda uma terceira posição. Seguindo ela, uma vez que todas estas normas, especialmente as contidas nos itens 2.1 e 2.2, criariam a necessidade de fazer levantamentos minuciosíssimos e tornariam impossível evitar a impressão de arbitrariedade, seria recomendável uma norma "histórica": 1) estabelecer como *naïve!* mínimo a participação máxima das propriedades estabelecidas em 1861, a qual era estabelecida com critérios diferentes em cada uma de suas regiões, ou então b) estabelecer como mínimo o valor médio da atual participação dos camponeses nas propriedades. Prevaleceu a posição de que as enormes convulsões sofridas pela economia russa depois de 1861 tornariam essa norma extremamente arbitrária e teriam necessariamente um efeito totalmente desigual. O projeto elaborado pela comissão agrária do Partido Constitucional Democrata adotou o "princípio da necessidade".

\*\*\*

Não subsiste dúvida de que os projetos de expropriação sistemática e de divisão das propriedades particulares não poderão ser abafados facilmente. Por outro lado, deve-se duvidar seriamente de que algum dia um desses projetos venha a ser posto em prática por qualquer governo russo, ainda que sob uma forma aproximadamente correspondente aos pontos mais decisivos dos ideais que atualmente são defendidos. Mesmo o projeto bastante cometido dos constitucionais-democratas é uma proposta para uma espécie de "autoviviseção": contém propostas cuja execução teria de supor um universo "livre de paixões". Basta que por um momento tornemos presentes aos nossos olhos as terríveis paixões e, mais que tudo, o caos de conflitos de interesses que seria desencadeado entre os próprios camponeses, mal alguém tentasse fazer uma divisão geral e sistemática das terras, para que nos vejamos forçados a dizer que seria necessário que o governo fosse animado por ideais estritamente democráticos e que ao mesmo tempo tivesse uma autoridade e um poder de ferro para remover qualquer resistência às suas determinações. Tanto quanto a experiência histórica permite afirmar, a execução de reformas como essas, bem como a redistribuição periódica de tremendas extensões de arrendamento para um número gigantesco de interessados, só é possível por meio de governo despótico e com a condição de que haja estabilidade econômica. Os milhões de pequenos arrendatários dependentes do Estado formari-

am uma classe de colonos como só houve outra semelhante no velho Egito e no Império Romano.

O regime burocrático não tem nenhuma possibilidade de seguir esses ideais e muito menos de governar sem respeitar a nobreza e a classe dos latifundiários; um ministério democrático, por sua vez, não disporia de uma autoridade "férrea" e antidemocrática, nem poderia agir indiscriminadamente contra os camponeses. Portanto, uma expropriação forçada em grande estilo deixa ao menos de ser provável, aconteça na Rússia o que acontecer. Enquanto os camponeses viverem em agitações políticas como agora, ainda será possível comprar livremente as terras por preços relativamente baixos. As guardas de cossacos custam muito dinheiro aos senhores feudais, e a situação deles é extremamente incômoda — mas, nessa situação, é difícil conseguir o crédito necessário para uma ação tão vasta que importa em bilhões, e os camponeses não têm como pagar. Mas, assim que o país voltar à "tranquilidade" e com as compras constantes por parte do Estado e do Banco Agrícola, o preço das terras subirá muito mais do que ocorreu em nossa província de Posen; já agora verificamos que houve quintuplicações e até decuplicações dos preços em algumas regiões isoladas num espaço de 15 anos (apesar da queda dos preços dos produtos).

Não que a idéia da complementação da participação dos camponeses na propriedade da terra contivesse algo totalmente impossível — disso nem se fala. Mas é que

uma tentativa séria de concretizar essa idéia, levando-se em conta a situação histórica das coisas, poderia fracassar, batendo contra os escolhos que se ergueriam em número imenso e incontrolável no rumo dessa embarcação forçada a navegar na escuridão de uma absoluta falta de dados estatísticos. É por isso que a concretização dessa idéia — lamentavelmente — parece pouco provável. A todas essas dificuldades acrescenta-se mais uma: os camponeses já “acordaram” para a política e existem partidos revolucionários muito fortes e cheios das mais inflamadas esperanças, que se empenham em pautar a sua fantasia.

Para encontrar uma “solução verdadeira” para essa questão de inaudita complexidade, com uma base ampla como a quer o programa do Partido Constitucional Democrata, é necessário desenvolver um trabalho muito objetivo e imparcial. Entretanto, com o grau de temperatura que hoje em dia atingiram as paixões sociais e mesmo as puramente políticas, e ao serviço das quais os líderes da extrema esquerda canalizam as esperanças dos camponeses, a possibilidade de executar um trabalho sereno fica totalmente excluída. Devido à política praticada nos últimos vinte anos, já é tarde demais para fazer isso, como já é tarde demais para muitas outras coisas também. E, com todo o respeito pela capacidade intelectual dos camponeses — sobre a qual até mesmo os observadores antedemocráticos da Rússia fizeram constatações muito surpreendentes —, não deixaria de ser uma auto-ilusão perniciosamente

julgar que hoje em dia eles já têm capacidade de fazer uma reforma agrária por conta própria. Um *parvenu* genial como Napoleão ou um cidadão como Washington, contando com a segurança do poder militar e apoiados pela confiança da nação, poderiam eventualmente criar uma nova Rússia, baseada numa estrutura de pequenas propriedades rurais — mas as monarquias legítimas, bem como um corpo parlamentarista novo, ainda em luta por sua subsistência, defendendo-se à direita e à esquerda, jamais reuniria condições para tanto.

Se a reforma agrária fosse levada a efeito, ainda que apenas em parte, da maneira como sugere o Partido Constitucional-Democrata, então aconteceria o que já mencionei mais acima: o espírito do “direito natural” baseado em princípios “comunistas” sofreria um forte impulso, e uma consequência provável seria que a Rússia passaria a ter por longo tempo uma fisionomia política e social totalmente singular — algo que realmente nunca houve antes. Mas como seria isto? Parece impossível de prever. Entretanto podemos ter a certeza de que haverá um forte colapso econômico durante uma ou duas décadas, até que essa “nova” Rússia pequeno-burguesa torne a ser embebida pelo capitalismo. Faz-se necessária a escolha entre os objetivos “materiais” e os éticos.

Bem diferentes seriam as consequências se a ação expropriatória fosse limitada aos terrenos que efetivamente já se encontram arrendados aos camponeses, seguindo o modelo da regulamentação autoritária feita para as ter-

ras que se encontravam arrendadas em janeiro de 1896; posteriormente poderia haver a extinção da taxa de arrendamento, e as terras passariam à comunidade (ao município) ou, como agora já se faz no Banco Agrícola, poderiam ser confiadas a uma cooperativa de camponeses; seria, portanto, a conjugação de uma "legislação regulamentadora" com o trabalho do Banco Agrícola. Economicamente, é certo que ela obteria com a mesma ou até maior facilidade do que a legislação agrária irlandesa um lugar dentro de algum estudo sobre a "ordem social contemporânea". Mas ela se apoiaria numa "seleção econômica", como de resto demonstra a predominância das aquisições individuais ou realizadas pelas cooperativas independentes sobre aquelas feitas pelas comunidades do Banco Agrícola — e por isso, essa maneira de executar a expropriação viria a contrariar frontalmente o caráter ético e de direito natural que promana dos revolucionários sociais e que se encontra igualmente na base do programa de reforma agrária dos constitucionais-democratas, ainda que sob uma forma diluída. Por isso, estes últimos e, especialmente, a grande massa dos camponeses e seus ideólogos sediados na *intelligentia* radical certamente a rejeitariam.

Na realidade, uma política agrária desse tipo seria tão "conservadora" quanto a idéia dos constitucionais-democratas de efetuar uma concessão sistemática de extensões mínimas de terras aos que não as têm ou que têm muito poucas como tais é uma idéia revolucionária em seu

aspecto social (aliás, é justamente o que pretende ser). E seria "conservadora" mesmo que a norma que esboçamos acima se estendesse também a todas as terras feudais que a 1.º de janeiro de 1906 fossem cultivadas exclusivamente com recursos dos próprios camponeses, transformando por lei os contratos de trabalho em contratos de arrendamento com taxas fixadas oficialmente, as quais mais tarde poderiam ser abolidas completamente.

Todavia, talvez nenhum desses dois caminhos venha a ser escolhido. O lavrador russo terá de continuar percorrendo sua via-sacra, supliciado e enraivecido, até que o capitalismo agrário moderno e, em parte, as pequenas e modernas empresas rurais que se unirem com os mercados das pequenas indústrias tenham obtido uma vitória definitiva na Rússia. Com isso, o último refúgio do comunismo estaria definitivamente enterrado na Europa e, junto com ele, o "direito natural revolucionário" dos camponeses que dele procede. De qualquer forma, é nessa direção que se movimenta a política daqueles que atualmente detêm o poder físico em suas mãos, apesar das grandes concessões que se fazem à orientação ideológica do populismo.

\*\*\*

Não se deve desconhecer o fato de que nem todos os grupos situados à direita dos constitucionais-democratas possuíam uma organização rígida; tinham menos co-

nhecimentos da "técnica" de agitação eleitoral e menos pessoas que fossem aptas para essa agitação e que simultaneamente tivessem formação científica e fossem capazes de se sacrificar sem restrições. O doutor Pilienko teve de arcar com uma boa parte dos custos intelectuais da Aliança de 17 de Outubro; o professor Oserov respondeu sozinho pelo Partido Económico Progressista. Os políticos elegantes do "centro", como Schipov, abstínham-se. O Partido da Indústria e do Comércio acreditava poder confiar no poder económico e social de seus membros, e a "direita" confiava na demagogia nacionalista e anti-semita.

Da mesma forma, pelas aparências externas, a situação desses partidos na luta eleitoral poderia parecer melhor que a da democracia, que se confrontava com intermináveis obstáculos. Esses eram tão fortes que o comité central dos constitucionais-democratas, ainda nas vésperas das eleições, levantava a questão de se, em vista disso, não seria mais aconselhável boicotar a Duma.

Havia algo que devia pesar mais que todos os obstáculos levantados pelas autoridades para inibir os democratas e favorecer os partidos dos conservadores e os do centro: era a mudança que se operava na disposição de ânimo dos proprietários de terra, os mais favorecidos pela lei eleitoral.

Depois de ter sido abafado o levante de Moscou e sob a impressão das agitações ocorridas entre os camponeses, a reação, partindo da esfera da burocracia, come-

çou a penetrar na "sociedade" e, antes de tudo, nos *zemstvos*. Entende-se facilmente que a razão decisiva para que isto acontecesse proviesse das agitações camponesas e as pesadas ameaças que se faziam às bases económicas das grandes propriedades rurais, cujos representantes eram as milhares cabeças dentro do liberalismo dos *zemstvos*. Esse caso é um bom exemplo para se conhecer as condições de um trabalho ideológico feito por uma classe de proprietários e para se avaliar a medida da força dos ideais humanitários quando em oposição a interesses económicos. Enquanto a base económica dos proprietários de terras que dominavam os *zemstvos* permanecia incólume, estes seguiam os numerosos ideólogos políticos e sociais que surgiam em seu meio. Mas agora viam-se ameaçados por um naufrágio físico e económico iminente. Eram assaltados pela violência dos conflitos de interesses latentes e, como não podia deixar de ser, ao serem arrancados de sua rotina cotidiana e atingidos sensivelmente nos alicerces de sua posição social, modificavam notavelmente seu ponto de vista.

Em meados de janeiro, quando a parte maior da maré já havia baixado, sentia-se a mudança da mentalidade dos que haviam sido atingidos por ela. O espaço para a influência dos ideólogos havia se estreitado significativamente. Os grupos da nobreza e dos latifundiários, que até então se alinhavam sob a liderança de liberais progressistas ou que não participavam ativamente da política, começaram a inundar as reuniões dos *zemstvos* realizadas em janeiro.

Em consequência daquela abstenção dos “moderados”, a minoria liderada por Gutschov, reduzida a 15 ou 20 pessoas, quase desapareceu no Manifesto de Outubro, enquanto que os “interesses materiais das classes” passavam à ofensiva em toda a linha.

À primeira vista deveria parecer que, para o governo, o caminho mais indicado e mais fácil de percorrer teria sido o de unir-se com as classes privilegiadas de direito ou de fato e, dado que a nobreza representaria uma base excessivamente fraca, isto significava que deveria unir-se com os grupos “mais moderados” do constitucionalismo dos *zemstvos*. Mas não foi isso o que aconteceu. Nos *zemstvos*, no momento decisivo, o medo da revolução foi superado pela desconfiança contra o governo (o exemplo de Moscou, citado anteriormente, serve para demonstrar o fato); reciprocamente, o desejo que o governo tinha de encontrar um apoio contra a revolução foi superado pelo velho ódio contra os *zemstvos*.

A primeira e a mais absoluta exigência para que pudesse haver um entendimento com as classes abastadas era que a burocracia sacrificasse grande parte das arbitrariedades de seu poder administrativo, mas ela simplesmente não estava disposta a tanto.

Permanecia o velho e apaixonado ciúme dos *zemstvos*, que se manifestara no tempo da guerra pela maneira incrível como a Cruz Vermelha se portou em relação às organizações que os *zemstvos* lhe colocaram à disposição para que

pudesse atingir seus objetivos. Os *zemstvos* criaram uma organização puramente caritativa em favor das regiões flageladas pela fome. Pois essa organização foi chicançada, vigiada e tolhida com a mesma mesquinhez como foram tratadas todas as outras iniciativas filantrópicas provenientes do *zemstvos*, ainda que se tratasse da simples distribuição de refeições — apesar da carestia gritante, todas elas estavam interditas.

Ao invés de deixar que o “interesse classista” das classes abastadas, o qual sempre reagia com muita rapidez no sentido de “salvar o Estado”, se encarregasse da repressão contra o “terceiro elemento”, a administração dos governadores e governadores-gerais se intrometia em toda a parte, usando, como de costume, de meios violentos, que por si só bastavam para ferir profundamente os *zemstvos*. Ela simplesmente não podia acostumar-se com a idéia de ceder uma parcela, ainda que mínima, de sua onipotência a quem quer que fosse. A resposta não se fez esperar. Mesmo os membros mais moderados dos *zemstvos* (como Schipov, por exemplo) haviam rejeitado os pontos ministeriais que Wirtte lhes oferecera no fim de outubro, porque estava fora de cogitação a hipótese de trabalhar em conjunto com Trepov ou Durnovo. No mês de janeiro, Wirtte distribuiu uma circular para os *zemstvos*, convidando-os a mandarem elementos de confiança para que lhe prestassem uma assistência consultiva permanente nas questões políticas. Quase todos os *zemstvos* rejeitaram a proposta, e

Witte não teve outra saída senão declarar, algum tempo depois, que as conversações planejadas se haviam tornado "supérfluas".

Da maneira como eram, as duas partes não podiam se unir. Além disso, a burocracia econômico-liberal de Witte, pela maneira como organizou a legislação eleitoral e a representação no Conselho Imperial, condenou seus amigos mais íntimos, que eram os da burguesia empresarial, a um papel insignificante, e destratou de maneira mais ríspida Timirisiev, o homem de confiança que eles tinham no ministério, um homem que se distinguia pela nobreza de caráter. Enfim, a burocracia sempre tornava a acumular suspeitas sobre si de que estaria inclinada a favor do "direito de greve". Por todos esses motivos, a burguesia empresarial não podia ser considerada capaz de trazer bons frutos políticos para a burocracia.

Nessas circunstâncias, tiveram início as eleições para a Duma. Os primeiros resultados começaram a surgir a partir de 21 de fevereiro e pareciam revelar uma apatia generalizada. Os resultados pareciam ser totalmente casuais. Mas já nas duas primeiras semanas de março numerosas eleições em cidades do interior evidenciavam a vitória das legendas democráticas. Por isso aguardava-se com muita ansiedade o resultado das eleições de delegados eleitorais em São Petersburgo (20 de março) e Moscou (26 de março). Nas duas cidades a Aliança de 17 de Outubro se havia unido com outros partidos constitucionais-monar-

quistas e mesmo a burocracia aderiu à sua legenda. Por isso, contavam com a vitória ao menos na maioria dos distritos eleitorais urbanos. Mas, para surpresa de amigos e inimigos, a constitucional-democrata venceu nessas duas capitais, sem exceção de nenhum dos distritos, mesmo aqueles que eram ocupados pela burocracia, pelos bancos e pela classe dos aposentados ricos, e venceu por maiores esperanças de dois terços e três quartos dos votos, havendo também uma participação inesperada, tendo-se em vista o "boicote" que havia sido planejado.

Seguiram-se Kiev, um ponto nevrálgico da mais insubordinada agitação monarquista, e todas as cidades da Rússia Européia que realizavam eleições independente (com exceção das da Polónia). O comparecimento às eleições demonstrou que a ordem da extrema esquerda de boicotá-las em geral não foi seguida, nem pela maioria dos operários que, por terem alojamento próprio, tinham também o direito de votar; nem pelos judeus, cuja atitude em muitos casos era decisiva; nem pela pequena burguesia mais radical. Está perfeitamente comprovado que grandes massas de eleitores sociais-democratas haviam votado a favor dos democratas e isso continuou acontecendo depois que a social-democracia, impressionada por esses resultados, suspendeu o boicote e fixou sua legenda para as eleições que ainda faltavam. Em Tiflis a democracia foi superada rapidamente pelos socialistas, que conseguiram eleger 9/10 de todos os seus delegados eleitorais. Ao mesmo tem-

po, isso demonstra que a vitória democrática não tem bases sólidas: no caso de um comparecimento maciço da extrema esquerda às eleições, esta certamente arrebataria uma grande parte das cidades maiores das mãos da democracia e aconteceria o mesmo que se dá entre nós: o fiel da balança oscilaria somente entre os socialistas e os partidos classistas da burguesia, sendo que a democracia ideológica seria eliminada.

Com o crescimento da agitação eleitoral, não demorou nada para que malograsse a palavra de ordem de boicotar as eleições, mesmo na zona rural. A fraquíssima participação dos pequenos proprietários rurais nas eleições não deve ser atribuída ao boicote. Somente em casos muito isolados é que os camponeses aderiam ao boicote, no começo do movimento eleitoral. Também entre eles a democracia conquistou uma esmagadora vitória na absoluta maioria das províncias da Grande e Pequena Rússia, no Báltico e no Cáucaso. A extrema venceu nas regiões das terras novas do sudoeste e em alguns lugares das Terras Negras. Em quase toda parte foram os camponeses que, decidida e inesperadamente, fizeram causa comum com "os da cidade" para se oporem aos candidatos "moderados".

Assim, o governo via desvanecerem-se todas as esperanças de que as eleições gorassem e ficou decepcionado também pela atitude dos camponeses, e já no fim de março era possível concluir que o governo teria de se con-

frontar com uma maioria esmagadora de elementos antiburocráticos e totalmente radicais em questões sociais e políticas.

Movido por essa impressão, a primeira coisa que o governo fez foi levantar imediatamente um "empréstimo de guerra" para defender-se do "inimigo interno", aceitando todas as condições que lhe eram impostas pelos bancos, que passaram a controlar o jogo. Antes, os bancos haviam exigido, com muita perseverança, que a Duma fosse convocada. Agora que isto estava para acontecer, eles tinham o máximo interesse em garantir o empréstimo antes que a Duma se reunisse, pois tinham a certeza de que a Duma jamais concordaria com as condições aceitas pelo governo, que estava totalmente indefeso em suas mãos. Além disso, a queda da burocracia ou sua sujeição à Duma viria expor todos os fundos russos a destinos imprevisíveis e estragar completamente o negócio. A situação financeira do governo chegou a tal ponto que ele tinha de sujeitar-se à Duma ou aos bancos. Preferiu estes últimos, aceitando toda e qualquer condição. Apesar de um desconto que durante algum tempo se elevava a 9% e que no fim de janeiro podia passar a qualquer momento para 10%, as disponibilidades de dinheiro no banco decresciam constantemente e a sonegação de impostos por parte dos camponeses era sensível.

Havia fortes manipulações no orçamento, por causa do aumento dos vencimentos dos funcionários dos correi-

os e estradas de ferro, de melhorias das condições de vida dos militares, dos donativos para os cossacos, das transferências de unidades do aumento dos gastos da polícia, das altas verbas de “assistência” contra a fome, da dispensa dos pagamentos de alforria pelos camponeses e, finalmente, por causa da diminuição das propriedades do Estado e de suas fontes de arrecadação de impostos. Uma parte desses prejuízos já havia sido acertada na forma de déficit do exercício findo, e a outra parte ainda vinha pela frente. Já não era possível operar com letras do tesouro a curto prazo.

Assim sendo, foram aceitas as condições que estavam em contraste quase grotesco com as cotações reais dos papéis russos. Esses papéis sempre tiveram uma cotação relativamente alta, mesmo nos momentos mais críticos da guerra contra o Japão — o que, aliás, ocorreu em virtude da tática digna de admiração empregada pelas grandes instituições financeiras para controlar as bolsas de valores — e, atualmente, a sua cotação era das mais humilhantes que a Rússia ou outra qualquer das grandes potências de “incontestada idoneidade” já haviam suportado.

Seja como for, o empréstimo estava em segurança, com o que o conde Witte tornava-se um homem dispensável. Ele arcava também com todo o ódio suscitado pelas atividades do ministro do Interior e, por isso, também os bancos do exterior deviam achar arriscado assistir ao contato desse homem com essa Duma. Em vista disso, o pri-

meiro pretexto que apareceu (é difícil determinar precisamente que espécie de pretexto foi) bastou para fazer desaperceber Witte e seu gabinete, sem honras e sem fama. Em seu lugar, colocaram uma seleção de funcionários corretos, conservadores, pouco “comprometidos” com a “sociedade”. O dia da abertura da Duma chegou. Sob a pompa festiva do séquito palaciano, o czar subiu com passos inseguros (conforme diziam os jornais) os degraus do trono e leu sua “saudação” totalmente desprovida de conteúdo. Dizem que a Fala do Trono, esperada por todos, havia sido postergada por “influências” irresponsáveis, mas, na realidade, certamente foi porque não sabiam o que fazer e não conseguiram chegar a um acordo sobre o seu conteúdo. O efeito mais negativo do discurso foi provocado pelo fato de não dizer uma palavra sequer a respeito da anistia que se esperava em todas as prisões do país e em dezenas de milhares de aldeias onde houvera deportações e detenções. Essa anistia era esperada como um símbolo de que a prática de impor penas sem julgamento prévio chegaria ao fim — ainda mais depois que o governo, a gosto ou contra gosto, havia mandado trazer de volta da Sibéria e de Arcangel'sk alguns deportados que haviam sido eleitos para a Duma.

Um catedrático que havia sido deposto, Muromtzev, foi eleito presidente da Duma, e outro professor, Gredeskul, que acabara de ser deportado e estava numa prisão domiciliar em Arcangel'sk, foi eleito vice-presidente. Imediatamente, saindo dos esquemas normais de trabalho, um dos

veteranos do movimento libertador, Petrunkevitch, o ex-presidente da União Libertadora na sua fase conspirativa na Floresta Negra alemã, abriu sob tempestuosas aclamações a questão da exigência da anistia. E então teve início o drama propriamente dito: nenhuma das partes acreditava que o fim pudesse ser outro que “pólvora e chumbo”. O jornal oficial publicara a saudação do imperador, mas continuava ignorando a existência da Duma. A imprensa de Petrogrado dizia que aquele jornal não sabia se devia encará-la como uma instituição estatal ou como um clube revolucionário. Da mesma forma portavam-se os “próceres” da velha Rússia. Antes do início das sessões e de acordo com a lei, Muromzev foi recebido pelo czar e trouxe “boas impressões”. Por ocasião dos tempestuosos debates a respeito da anistia, descarregava-se toda a irritação acumulada — se bem que de forma controlada — e a mensagem, que tanto na forma como no conteúdo era bem dura, já havia sido aprovada. Foi então que Muromzev precisou voltar à corte, por ocasião do aniversário do czar. Dentro de uma etiqueta bem estudada, foi conduzido a um lugar de honra e ninguém que tivesse alguma autoridade se dignou de dirigir-lhe a palavra. O czar negou-se a receber pessoalmente a mensagem, e procurou fazer com que ela fosse entregue ao ministro do Paço. Essa atitude só podia causar a mais negativa impressão entre os camponeses, os quais são unânimes em exigir que seus representantes tenham acesso direto ao czar. O resultado mais persis-

tente de todos esses acontecimentos será o esfalecimento do “romantismo czariano” entre as massas dos camponeses.

Não foi somente o fato de que os assentos dos ministros ficassem desocupados na Duma durante dezesseis dias. Desde dezembro o governo vinha adiando a convocação da Duma, alegando, entre outras coisas, a necessidade de “preparar-se”, e até o fim do mês de maio não encaminhou à Duma nem ao menos um projeto de lei. Toda sua atividade consistia em responder à mensagem que havia sido aprovada por unanimidade pela Duma (o conde Heyden havia declarado que ele e seus seguidores deixariam o recinto no momento da votação, pois só discordavam da linguagem da mensagem e não queriam prejudicar a unanimidade). Essa mensagem continha um programa que consistia nos seguintes pontos: fórmula da lei eleitoral “de quatro elementos”; eliminação das arbitrariedades dos funcionários que se “interpunham entre o czar e o povo” por meio de um controle do poder Executivo a ser feito pelo Parlamento; possibilidade de exigir prestação de contas dos ministros; regime parlamentar; supressão do conselho imperial; garantias de liberdades individuais; liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de reunião; direito de greve e de encaminhar requerimentos; igualdade de direitos de todos perante a lei; ab-rogação da pena de morte; desapropriação das terras e sua concessão aos camponeses; legislação trabalhista; escolas gratuitas; reforma tributária; reforma das autarquias, “tendo por base

o direito de sufrágio universal"; justiça e direito dentro do Exército; "independência cultural" das diversas nacionalidades" (ramos gentílicos que compunham a população); anistia geral para todos os crimes religiosos, políticos e "agrários".

A resposta concordava com os seguintes pontos: alteração do direito eleitoral, mas não para já, pois que a Duma estava apenas iniciando os trabalhos; legislação trabalhista; escola para todos; distribuição mais justa dos impostos, especialmente impostos de renda e de herança; reforma das avarquias, levando-se em conta as peculiaridades dos países limítrofes; garantias de direitos pessoais e de liberdade individual (sendo, no entanto, mantidos recusos "eficientes" para coibir os "abusos"); responsabilidade judicial dos funcionários; abolição dos passaportes internos; ab-rogação das exceções classicistas que atingiam os camponeses; concessão de terras através do Banco Agrícola e, mais tarde, por distribuição de propriedades do governo e por transferências de domicílios (mas recusando toda espécie de expropriação). Todas as outras exigências foram rejeitadas com maior ou menor determinação, de maneira especial a anistia; neste ponto a única concessão consistia num exame "detalhado" das circunstâncias que envolviam as pessoas detidas ainda não submetidas à acusação.

\*\*\*

Seria inútil descrever aqui as deliberações concretas da Duma, pois não deram em nada. Depois da obstrução sistemática do governo, quando finalmente puderam ter início, as deliberações foram mantidas com uma intensidade que não se via em nenhum outro Parlamento do mundo. O trabalho propriamente dito não se realizava no plenário, que era o único a ser focalizado pela imprensa, mas sim nas comissões. Basta ver a agenda semanal das sessões para saber o quanto os deputados eram empenhados no trabalho das comissões realizado atrás dos bastidores.

No início de julho, todos os projetos apresentados pelos deputados da Duma já estavam quase concluídos. Depois que, durante 14 dias, bem mais de cem membros se haviam pronunciado a respeito do projeto de reforma agrária, este foi submetido a uma comissão de 91 membros e a numerosas subcomissões durante o prazo de quatro semanas, de maneira que as linhas básicas que podiam obter apoio de uma boa maioria já haviam sido estabelecidas: correspondiam quase que integralmente às do projeto constitucional-democrata.

Os círculos palacianos não se irritavam com a possibilidade de que a Duma produzisse pouco e sim porque ela prometia demais, em termos de resultados de conteúdo desagradável. Procuraram então enleá-la, submetendo-lhe um projeto de empréstimo de 50 milhões para amenizar as consequências do fracasso que se previa para as próximas colheitas. A Duma concordou com apenas 15 mi-

lhões e reservou para si as concessões ulteriores que se fizessem necessárias. No entanto, determinou que essa verba deveria ser obtida por meio de contenção de despesas — porque o relatório financeiro de Kokovzev (aliás, totalmente indecifrável) não havia fornecido elementos que comprovassem a necessidade de um empréstimo. Depois que a petição de Samarin havia sido rejeitada por votação nominal, a maioria do Conselho Imperial aderiu a esse ponto de vista, o que representava uma derrota pesada para o ministério. Sua situação piorava a cada passo: restava-lhe apenas dissolver a Duma ou sujeitar-se.

Em consequência da divisão da Duma e do isolamento a que estavam relegados os constitucionais-democratas, sob o ponto de vista tático, o momento parecia favorável para a dissolução, uma vez que ninguém estava preparado para isso. E o governo aproveitou a ocasião. A Duma foi dissolvida, e o Conselho Imperial (com exceção dos dois departamentos puramente burocráticos) foi adiado até a nova convocação do Parlamento. A isso seguiu-se imediatamente a divulgação de um Manifesto Imperial, o qual deve ser considerado como uma realização espantosa, mesmo tendo em vista a situação peculiar da Rússia. Esse Manifesto afirma, em primeiro lugar, que a Duma, “ao invés de trabalhar no campo legislativo”, ter-se-ia afastado do limite da sua competência, ocupando-se com investigações a respeito das atividades “das autoridades locais, estabelecidas por nossa determinação” e com as im-

perfeições “das leis fundamentais que só podem ser modificadas por nossa imperial vontade”. Essa última afirmação simplesmente paira no ar, uma vez que a Duma não fez nenhuma tentativa de açambarcar as iniciativas reservadas ao imperador. De acordo com a Constituição, a Duma tem o direito de interpeleção face a atitudes ilegais das autoridades. E, no que tange ao trabalho criativo em matéria legislativa, sendo que não se deve tomar por base os discursos feitos no plenário mas sim a atividade das comissões, repetimos, uma vez mais, que não existe nenhum Parlamento no mundo que tenha realizado tanto em tão pouco tempo como o Parlamento russo — se bem que não da maneira como teria sido agradável ao czar.

O Manifesto contém expressões assim: “Imporemos aos renitentes nossa imperial vontade à força”. Em vista dessa expressão suspeita e pomposa, será difícil encontrar uma qualificação adequada para caracterizar a frase final. Na introdução havia uma nota que dizia, com aquela unção religiosa pouco sincera (que hoje em dia se tomou um ingrediente repugnante de todos os comunicados monárquicos), que o imperador “havia confiado na graça divina”, mas acrescentava logo em seguida que “fora decepcionado em suas esperanças por uma cruel provação”, e no final chega à conclusão de que, a partir de agora, está decidido a depositar sua confiança em seres humanos: “Nós cremos (!) que surgirão heróis do pensamento e da ação e, graças ao desprendimento de seu trabalho, eles farão com

que a glória da Rússia volte a brilhar". Mesmo que esse reconhecimento da própria impotência tivesse o efeito de excitar a comiserção dos "heróis" que se supõe estejam ocultos nos bastidores, fazendo com que abandonassem o anonimato — é certo que no sistema policial desse regime já mais encontrariam lugar, a menos que para o redator do manifesto, esses "heróis" sejam indivíduos do tipo do ex-ministro Durnovo, do general Trepov, ou do ministro do Interior, Stolypin, que, simultaneamente à divulgação do Manifesto, ascendia ao cargo de primeiro-ministro. Mas, o máximo que se pode dizer a favor desses homens é o que lembra o provérbio: "Com o sabre na mão, qualquer idiota pode governar".

Como os preparativos ainda não foram feitos, por enquanto talvez tudo fique em paz, a menos que a massa escape ao controle de seus líderes, como aconteceu no último outono. A queda das cotações dos empréstimos não é muito grande: os bancos não podem fazer negócios a não ser com o regime absolutista e necessitam aplicar seus recursos em algum lugar; e as cotações serão "estilizadas" de acordo. Quem se deixar enganar por esse recurso ou por um Parlamento sujeito a coações e tornado submisso por meio de violências e falsificações já não poderá mais ser ajudado por ninguém.

As exposições desta crônica podem demonstrar ao menos um fato: por enquanto é totalmente fora de cogitação que esse regime possa encontrar o caminho para uma "pacificação" realmente duradoura do país. Seria necessá-

rio que ele quisesse e pudesse agarrar-se aos próprios cabelos e arrancar-se para fora do atoleiro. Deixando um pouco de lado as questões táticas, o resultado do procedimento do governo, a longo prazo, só poderá ser uma ulterior desvalorização do czar perante os camponeses, mesmo que esse efeito talvez seja camuflado pela falsificação das eleições, com a qual se deve contar.

Com isso interrompemos esta crônica. Por meio dela conseguimos apenas traçar um esboço das causas mais profundas que se ocultam por trás dos últimos acontecimentos, especialmente dos diferentes pontos de vista que se degladiam na corte. Mesmo na Rússia, a informação sobre esse assunto é deficiente. Mas também não foi nossa intenção apresentar algo como uma "história do último semestre". Nossa incumbência era antes a de tornar mais compreensível, na medida em que as fontes de que dispomos o permitam, a situação geral, social e política, para a qual o país foi conduzido pelo absolutismo policial (herança política de Alexandre III, que não foi abandonada a tempo) e, ultimamente, pelo ministério de transição encabeçado por Witte. A primeira coisa que esse país tem de fazer é livrar-se dessa situação, mas ninguém sabe dizer como. Parece totalmente impossível fazer previsões, ainda que só para os próximos meses, e mesmo os políticos russos melhor informados não arriscam fazê-las.

Há uma coisa que se pode afirmar: os regimes dinásticos modernos sentem-se inclinados e forçados a tra-

balhar também por seu prestígio interno, para “livrar a cara”, e isso fez com que, na Rússia, o governo fosse levado a não conceder em tempo o que tinha de conceder, e depois que as concessões lhe eram extorquidas à força uma por uma, procurou e continua procurando restabelecer o “prestígio” perdido por meio de arbitrariedades policiais. Foi a convicção de que as vítimas estavam sendo sacrificadas para lisonjear essa vaidade que levou os partidos que defendiam a “solução parlamentarista” a não oporem objeção mais vigorosa à maneira selvagem e brutal com que a esquerda vituperava os ministros na Duma e os expulsava de seus lugares.

Por seu modo de agir, o governo irritou ao máximo os eleitores da Duma e, em vista disso, não é possível dizer quais teriam sido as concessões com que poderia ter chegado a um acordo com a Duma para executar um programa, fosse ele qual fosse. No meio da poeira levantada pela burocracia, é difícil enxergar os elementos com os quais se pudesse governar de maneira civilizada. Estamos convencidos de que a brusca oposição criada entre as classes sociais dará necessariamente uma característica reacionária a qualquer tentativa de buscar apoio entre as classes abastadas.

Entre nós, está na moda um costume ridículo de procurar alguém que possa ser apontado como “culpado” quando surgem essas terríveis dores de parto, como as que a Rússia tem de suportar agora. Sendo que “naturalmente” não se cogita culpar o monarca ou algum de seus as-

sessores mais diretos, e sendo que está na moda criticar de maneira gratuita o parlamentarismo, os alemães carrancas só poderão achar que a culpada é a Duma. Dizem que foi “politicamente incapaz”, que não realizou nada de “positivo” e, para refrescar os leitores alemães, acrescentam que, afinal, a própria nação russa não está “madura” para um regime constitucional. Mas, a primeira pergunta que nos ocorre é: qual é a “maturidade” das pessoas que se assentam sobre o trono ou ao seu lado e que conduziram o país a essa situação?

Durante nove longos meses, o atual regime nada fez a não ser passar a perna, com malícia tipicamente mongólica, nos “direitos” que ele próprio concedia. Seguindo o velho estilo, foi somente em meados de junho que surgiram as primeiras propostas de reformas realmente modestas, as quais ostentavam em sua frente a marca do pensamento próprio do liberalismo dos *zemstvos*. Havia certeza de que o projeto de lei sobre os juizados de paz seria aprovado, e que o de reforma agrária seria discutido com seriedade e objetividade. Mas o governo não fez o que realmente era decisivo: não concedeu as garantias contra as arbitrariedades absolutas da polícia (abolição das detenções e deportações “administrativas”, responsabilização de todos os funcionários, sem exceção, perante corpos de jurados independentes) e, sem isso, não havia parte da população na qual o governo pudesse se apoiar. A dissolução da Duma só poderá levar a resultados que lhe se-

jam favoráveis se o governo estiver disposto a falsificar as eleições, o que, aliás, é provável que aconteça.

Para justificar as arbitrariedades plenipotenciárias da polícia, o regime invoca os atos dos terroristas. Mas, basta olhar para as estatísticas e verificar que a decretação do estado de sítio, ou seja, da ausência de direitos, serviu apenas para aumentar o número de atentados e torná-los simpáticos.

Assim como não é possível promover uma revolução por baixo sem a ajuda ou ao menos a tolerância da burguesia, também não é possível levantar um dique à violência sem antes obter o seu apoio. Nesse caso, valia para o governo a conhecida frase: *Que messieurs les assassins comment!*

Ao invés disso, o governo conta evidentemente com a experiência segundo a qual “a máquina geralmente não se cansa” — no caso a máquina é o mecanismo burocrático —, ao passo que mesmo o entusiasmo mais selvagem costuma ter seus momentos de cansaço. Mas ninguém sabe se algum dia a energia indomável do radicalismo russo chegará a esmorecer perante o regime atual ou perante outro que lhe seja semelhante — muito menos depois que foram criadas as estruturas das organizações sociais-democratas e sociais-revolucionárias. E isso certamente não acontecerá antes da total ruína econômica do país.

É certo que, na luta pela libertação que se desenrola na Rússia, existem poucos aspectos de grandiosidade que pudessem contribuir para excitar as paixões dos especta-

dores indiferentes. Isso se depreende da circunstância de que, com exceção do programa agrário difícil de entender, as outras exigências de que se trata aqui no Ocidente já perderam há muito tempo o charme próprio da novidade.

Essas idéias parecem recentrir-se da falta de uma originalidade que possuíam nos tempos de Cromwell e de Mirabeau, e, na medida em que seu conteúdo é puramente político, realmente não possuem originalidade nenhuma. Para nós, a maioria delas é trivial como o pão de cada dia. A isso acrescenta-se o seguinte: em ambos os lados sente-se a falta de “líderes realmente grandes” que poderiam impulsionar o interesse passional dos que se conservavam à distância. Pois não basta que alguém seja um excelente propagandista político ou um especialista inatacável em assuntos sociais e políticos, ou até mesmo um corajoso revolucionário da “ativa” para que possa ser considerado um autêntico “líder” político.

Tudo isso causa facilmente a impressão de mera repetição de doutrinas. Todas as idéias que aqui se discutem, sustentadas pelos mais diversos partidos, são produtos “coletivos”, não só em seu conteúdo, mas são especialmente considerados como tais. E o olho do espectador, especialmente entre povos política e economicamente “sacriados”, não está acostumado, nem tem condições para distinguir de longe, por entre o véu desses programas e as ações coletivas das grandes massas, a paixão poderosa dos que lutam, o destino de cada um, o idealismo que não va-

cila, a energia indômita e o revezamento brusco entre as esperanças tempestuosas e o tormento das decepções. O drama por vezes terrível do destino de cada um surge apenas como uma confusão impenetrável. É uma luta incessante, ferrenha, um número tal de assassínios e atos arbitrários que mesmo esses horrores se transformam em rotina.

Despidas do fascínio das velhas lutas dos cavaleiros, as batalhas modernas apresentam-se como um processo mecânico entre os produtos objetivados em instrumentos do trabalho intelectual dos laboratórios e oficinas, e o poder frio do dinheiro; ao mesmo tempo, inclui uma terrível e ininterrupta tensão de nervos, tanto dos líderes como das centenas de milhares de liderados. O que acontece com as batalhas modernas ocorre também com a moderna revolução. Ao menos aos olhos dos meros espectadores, tudo se reduz à "técnica" e resistência de nervos.

Esta nossa descrição terá mostrado que na Rússia, onde o poder policial abusou de sua força, valendo-se dos recursos mais refinados da mais ladina malícia tipicamente asiática, a luta contra a polícia tinha de consumir forças em operações táticas, tinha de dar tanto valor às "considerações de técnicas partidárias", que era difícil alguém fazer o papel de "grande líder". Grandes feitos não são possíveis no combate a ratazanas. Por outro lado, as "grandes personalidades" não existem, simplesmente. No meio do funcionalismo há excelentes indivíduos, e qualquer pes-

soa, mesmo examinando superficialmente a situação, facilmente os localiza. Mas, dentro do sistema atual, eles podem tornar-se tudo, menos "estadistas" que venham a realizar grandes reformas. Como em nosso país, também lá as ambições dinásticas já se encarregam de impedi-las.

Mesmo o volume imenso de trabalhos intelectuais cuidadosos, por vezes admiráveis, que podemos encontrar entre os escritos oficiais desse governo, são consumidos e, como já vimos, acabam sendo postos a serviço de um objetivo único e absoluto: a autoconservação do poder policial, que nunca saberá enxergar além de si mesmo. A terrível ausência de justificativa para esse objetivo, a absoluta impossibilidade de alguém poder enganar-se a si próprio para imaginar que esse regime incorpore, ainda que de forma modesta, valores "éticos" ou "culturais", faz com que o modo de agir desses potentados e o trabalho "profissional" desses servidores do Estado — principalmente o dos mais "zelosos" entre eles — adquiram aquele aspecto fantasmagórico que o apolitismo de Leon Tolstói sabia fazer-nos sentir de maneira amedrontadora em *Resurreição*.

Houve quem comparasse a Revolução Russa [de 1905] com a Revolução Francesa. Podemos desconsiderar numerosas diferenças, bastando apontar para um elemento decisivo que no passado era tido como "sagrado" e que agora, para os defensores do movimento de libertação, mesmo os "burgueses", já não é mais, nem se encontra enumerado no catálogo dos bens que deverão advir com a

“libertação”: trata-se da propriedade. Hoje em dia, quem proclama a propriedade como direito “sagrado” é o czar, mas, ainda assim, com certo atraso em relação a seus próprios interesses. Aconteça o que acontecer, isso é o fim de todo e qualquer romantismo “eslavófilo”, é o fim da “velha” Rússia. Mas, na Rússia, as forças importadas do mais moderno capitalismo se confrontam com um fundo de comunismo agrário arcaico e desencadeiam entre seus operários sentimentos radicalmente socialistas, aos quais se opõem imediatamente organizações “antiliberais” do mais moderno jaez. Assim, torna-se muito difícil saber quais serão as características da evolução da Rússia, mesmo que, no final das contas, a “sacralidade” do direito de propriedade acabe levando a melhor sobre a ideologia socialista e revolucionária dos camponeses, o que nos parece ser a hipótese mais provável.

Na Rússia ficaram excluídos todos os estágios de desenvolvimento que, no Ocidente, eram postos a serviço do movimento burguês de libertação pelos poderosos interesses econômicos de algumas classes mais abastadas, o proletariado industrial conta com uma baixa porcentagem que, por enquanto, influi pouquíssimo, e os ideais dos camponeses continuam vagando por um mundo irreal, apesar de tudo. Levando em conta todos esses fatores, nunca a luta pela liberdade foi travada em condições tão adversas como na Rússia, jamais se viu tamanha prontidão para o martírio. Parece-me que todo alemão que ainda

sinta um resto do idealismo de seus antepassados deveria nutrir uma profunda simpatia por esses homens.

Queremos levar à consideração dos demais políticos da Alemanha, “realistas” e reacionários, se convém ou não suscitar na Rússia ressentimentos contra nós, como aqueles que Napoleão III fez surgir entre nós contra a França, antes de 1870. Basta que leiamos os jornais reacionários e oficiais da Rússia para verificar com que habilidade eles usam as expressões estupidamente antidemocráticas de nossos órgãos de imprensa que se dizem “responsáveis pela conservação do Estado”, para desviar o ódio das massas para o exterior – contra nós, evidentemente.

É claro: o regime czarista, miserável como é, ameaçado em sua existência por qualquer guerrazinha que eventualmente surgisse, é um vizinho “agradável”. Se a Rússia tivesse um regime verdadeiramente constitucional, tornaria-se um vizinho bem mais poderoso, sendo que então seria mais sensível ao instinto das massas, seria também um vizinho menos tranqüilo. Mas não adianta querer enganar-se a si próprio: essa Rússia virá, de uma forma ou de outra.

Olhando as coisas com olhos de puro “realismo” político, deveríamos adotar a seguinte posição: seria melhor que isso sucedesse já, uma vez que agora podemos nos apoiar em nossa força para resolver de maneira pacífica ou litigiosa o caos de questões pendentes entre os dois países, do que empurrar esses problemas para os nossos

netos, enquanto aticamos contra nós todas as forças idealistas desses povos em ascensão.

Atualmente, as duas grandes nações, vizinhas uma da outra, pouco se entendem. Por outro lado, pessoalmente nunca encontrei um democrata russo que nutrisse simpatia íntima pelas características da cultura alemã, o que só poderia haver se existisse um entendimento sólido. Por outro lado, a pressão das riquezas que se acumulam, unida ao costume sistemático de pensar em termos de política “realista”, torna difícil aos alemães ter simpatia pelo tipo nervoso e excitado do radicalismo russo. Mas nós, cercados por um mundo de inimigos, que demos nossas contribuições mais imperecíveis numa época em que éramos um povo anêmico e alienado do resto do mundo, deveríamos ser mais sóbrios, pois não é aos povos “saciados” que pertence o futuro.

## A transição da Rússia à pseudodemocracia (abril de 1917)

O signatário não reclama para si qualquer conhecimento técnico sobre a Rússia contemporânea que não esteja ao alcance de qualquer um. Talvez, no entanto, ele tenha um juízo sóbrio sobre o que se espera, com relação a nós, dos homens que agora subiram ao poder. Sem prejuízo de minha sempre forte simpatia pelo movimento libertário russo, é preciso expressar enfaticamente: na atual composição da força governamental russa não se pode falar de uma sincera intenção pacífica da maioria dos homens representativos da Rússia, e muito menos de intenções amigáveis em relação ao povo alemão (digo bem intencionalmente “em relação ao povo alemão” e não simplesmente: ao governo alemão atual). As manifestações pacíficas das forças centrais eram não somente sinceras — apesar da declarações do professor Miliukov, provocantes no mais alto grau e cheias de furor bélico —, como foram, e ainda são, também politicamente corretas. Pois temos de